UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO ESCOLA
DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA

OS REFUGIADOS JUDEUS NO GOVERNO VARGAS E O PAPEL DO EMBAIXADOR BRASILEIRO NA FRANÇA, LUIZ MARTINS DE SOUZA DANTAS.

BÁRBARA ZIMETBAUM FERRAZ

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO ESCOLA
DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA

OS REFUGIADOS JUDEUS NO GOVERNO VARGAS E O PAPEL DO EMBAIXADOR BRASILEIRO NA FRANÇA, LUIZ MARTINS DE SOUZA DANTAS.

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de Comunicação
Social/ Publicidade e Propaganda

BÁRBARA ZIMETBAUM FERRAZ

Orientador: Prof. Dr. Sócrates Nolasco

RIO DE JANEIRO

2016

OS REFUGIADOS JUDEUS NO GOVERNO VARGAS E O PAPEL DO EMBAIXADOR BRASILEIRO NA FRAÇA, LUIZ MARTINS DE SOUZA DANTAS

Bárbara Zimetbaum Ferraz

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Publicidade e Propaganda.

Aprovado por:

Prof. Dr. Sócrates Nolasco – orientador

Prof. Drª Ilana Strozenberg

Prof. Dr. Jonas Federman

Aprovada em: 25/7/16

Grau: 10,0 (dez)

Rio de Janeiro/RJ

2016

F381 Ferraz, Bárbara Zimetbaum.
Os refugiados judeus no Governo Vargas e o papel do embaixador brasileiro na França, Luiz Martins de Souza Dantas / Bárbara Zimetbaum. 2016.
85f.

Orientador: Prof. Dr. Sócrates Nolasco.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Habilitação Publicidade e Propaganda, 2016.

1. Brasil – Migração – Séc. XX. 2. Judeus no Brasil. 3. Refugiados judeus – Brasil. 4. Dantas, Luiz Martins de Souza, 1876-1954. I. Nolasco, Sócrates. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

CDD: 305.8924081

AGRADECIMENTOS

Ao meu avô, meu amado Lelo, por não só ser a inspiração para a realização desse trabalho, como também minha inspiração diária. Não consigo colocar em palavras o meu amor por você;

Aos meus amados pais, por todo amor, carinho e incentivo ao longo de toda a vida e principalmente nesses meses de trabalho;

Ao Dudu, por ser um dos meus maiores fãs e ter me acompanhado e ajudado em todo o processo da pesquisa;

À Mimi, pelas revisões, sugestões e carinho;

À minha adorada Didi, pelo acolhimento e pelas comidinhas maravilhosas que acompanharam as horas de escrita e leitura desse projeto;

À professora Beatriz Lagoa, por todo o carinho, incentivo e apoio em todos os momentos que precisei;

Ao professor Milton, pela organização e por ter desfeito o “bicho de 7 cabeças” que eu imaginava ser a elaboração de um TCC;

Ao meu orientador Sócrates Nolasco, por todo o incentivo, ensinamento e generosidade durante todo o processo desse trabalho;

Those who have perished have been silenced forever. Those who witnessed and survived the horrors carry with them the burden of memory. Through their voices, we seek to comprehend the acts of inhumanity that can stem from the seeds of prejudice.

Boston Holocaust Memorial

FERRAZ, Bárbara, Zimetbaum**. Os refugiados judeus no governo Vargas e o papel do embaixador brasileiro na França, Luiz Martins de Souza Dantas.** Orientador: Sócrates Nolasco. Rio de Janeiro: UFRJ/Eco. Monografia em Publicidade e Propaganda.

RESUMO

Este trabalho consiste na análise e exposição da política imigratória do período Vargas durante a Segunda Guerra Mundial, especificamente no tocante aos refugiados judeus de países da Europa. Para isso, trazemos à tona a memória do embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, que dentro do contexto de um governo com postura antissemita e contrário a entrada de judeus no país, concedeu centenas de vistos à pessoas que, beirando o extermínio, encontraram neste homem uma possibilidade de sobrevivência. Para realizar essa pesquisa, foram utilizados, além de livros que abordaram o papel do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, muitos documentos oficiais trocados entre embaixadas do Brasil no exterior, artigos de revistas e jornais da época, charges, cartazes, depoimentos de sobreviventes encontrados no museus do holocausto de Jerusalém, Nova Iorque, Washington e no memorial do holocausto em Boston, além de uma entrevista em profundidade realizada com uma testemunha salva pelo embaixador Souza Dantas. Nesse sentido, o projeto tem como principal objetivo evidenciar um período obscuro da história política de um Brasil que poucos conhecem, através da recuperação do trabalho de alguém que, ao se colocar como antagonista à tais políticas, salvou centenas de vidas judias do regime Nazista.

Palavras-chave: Política, Imigratória, Vargas, Refugiados, Judeus, Luiz Martins de Souza Dantas.

FERRAZ, Bárbara, Zimetbaum**. Jewish refugees on the Vargas government and the role of the Brazilian ambassador in France, Luiz Martins de Souza Dantas.** Advisor: Sócrates Nolasco. Rio de Janeiro: UFRJ/Eco. Final Paper in Adversting and Marketing.

ABSTRACT

This paper analyses and exposes the immigration policy of the Vargas period during World War II regarding the Jewish refugees from European countries. For this, we brought to light the memory of Ambassador Luiz Martins de Souza Dantas, which granted visas to hundreds of Jews, that verging death, found in this man a possibility of surviving. To conduct this research, we used, as well as books that addressed the role of Brazil in the context of World War II, a number of official documents exchanged between Brazil's embassies overseas, magazines, articles and newspapers of that period, cartoons, posters, survivor’s testimonies found in the holocaust museums of Jerusalem, New York, Washington and in the Boston holocaust memorial, plus an in-depth interview conducted with a witness, saved by ambassador Souza Dantas. In this sense, this article aims to highlight a dark period of the political history of Brazil, known by a few, through the recovery of the role of a person that stood against such policies, saving hundreds of Jewish lives under the Nazi regime.

Keywords: Policy, Immigration, Vargas, Refugees, Jews, Luiz Martins de Souza Dantas.

Relação de Figuras

Figura 1 – “Salomão, Abrahão, Jacob e Cia.” (Lê-se: Jeca- Olá, pessoá! Oces aqui! As coisa já tá tão ruim! A gente já tiremo de cada cabrito duas pele...)

Figura 2 – “Seio de Abrahão” (Lê-se: Jacob- Você não imagina como Tio Sam é camarada. Jeca- Sim, sim, mas o guarda-chuva não é dele).

Figura 3 – “A casa da mãe joana” (Lê-se: Jacob- Entra pessoal! Ele ainda continua a olhar para o outro lado).

Figura 4 – “Judeu”.

Figura 5 – Propaganda dos *Protocolos dos Sábios do Sião.*

Figura 6 – “Lei dos dois terços”

Figura 7 – “Souza Dantas em Roma”

Figura 8 – “Souza Dantas em 1931”

Figura 9 – “Oswaldo Aranha, Souza Dantas e Getúlio Vargas”

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **10**

2 CONTEXTO HISTÓRICO **11**

2.1 Meados da década de 30: O Brasil no novo cenário Mundial 11

2.2 O antissemitismo na Era Vargas 14

2.3 Os judeus na Alemanha Nazista 21

2.4 As circulares secretas: minorias em cheque 23

3 UMA LUZ NA ESCURIDÃO **30**

3.1 Trajetória e notas biográficas: Luiz Martins de Souza Dantas 30

3.2 Posicionamentos e o relacionamento com Vargas 34

3.3 Quixote nas trevas 35

3.4 Do ativismo ao esquecimento 41

3.4.1 Vapor Alsina e seu desenrolar 41

3.4.2 O inquérito administrativo 44

3.4.3 O confinamento em Bad Godesberg e a volta ao Brasil 46

3.4.4 Anos finais: retorno à Paris e o discurso na ONU 48

3.5 Os justos entre as nações 50

4 MEMÓRIAS DO ANTISSEMITISMO **53**

4.1 Narrativa de um imigrante: entrevista Raphael Zimetbaum 54

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **67**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **70**

ANEXO A – Telegrama da embaixada do Brasil em Berlim 72

ANEXO B – Circular 1.127 74

ANEXO C – Documentos Raphael Zimetbaum 80

ANEXO D – Passaporte Leon Zimetbaum.....83

ANEXO E – Parecer de Ernani Reis, secretario do MJNI, sobre a mudança de *status* dos vistos concedido por Souza Dantas. 84

1 INTRODUÇÃO

Apesar de estudos sobre a Segunda Guerra mundial terem crescido muito a partir da década de 60 (Dubiel, 2003), este assunto ainda apresenta uma enorme gama de nuances a serem exploradas. O envio de algumas tropas brasileiras à então Itália Fascista e a extradição de Olga Benário para a Alemanha Nazista, são alguns dos fatos que constituem os episódios mais conhecidos sobre a participação brasileira dentro do contexto da Segunda Guerra Mundial, mas estes episódios fazem parte de uma trama muito mais profunda do que aquela ensinada nas escolas.

O presente trabalho se propõe a discorrer sobre a política imigratória brasileira relacionada aos refugiados judeus. Se baseando em fatos históricos, documentações oficiais, matérias, panfletos, charges e relatos, a contribuição do trabalho para o campo da comunicação, tratou de articular memória e informação, narrativa e midiatização frente ao imaginário social existente sobre o governo Vargas durante a Segunda Guerra Mundial. Trazendo à tona a figura pouco conhecida do Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, buscamos revelar e contrapor suas atitudes perante as ordens oficiais vigentes durante aqueles anos.

Primeiramente, com o contexto histórico, os primeiros capítulos fazem um recorte sobre o a história do antissemitismo no Brasil e no mundo para então falarmos especificamente sobre o governos Vargas e suas políticas imigratórias nos anos 30 e 40.

A partir daí, buscamos contar quem foi Luiz Martins de Souza Dantas, sua história, suas características aquém ao cargo diplomático e as ações pelas quais fizeram dele uma figura tão importante no contexto da Segunda Guerra e do período Vargas e, ao mesmo tempo, tão pouco conhecida.

Para finalizar, realizamos uma entrevista com o Sr. Raphael Zimetbaum, imigrante que chegou ao Brasil por intermédio do embaixador Souza Dantas, e que vem a ser meu avô. Em sua narrativa em primeira pessoa podemos refletir sobre outros tantos refugiados, que pela falta de investigações sobre este assunto, tem deixado no esquecimento uma outra possibilidade de se entender os contornos do antissemitismo no Brasil, sua presença nos dias atuais e o papel daqueles, que como veremos no trabalho, buscaram combatê-lo.

Pegando emprestada as palavras do diretor Atom Egoyan:

> (...) em breve, todos os sobreviventes e todos os carrascos do genocídio judeu que ainda restam terão morrido...reatar cada fio dessa narrativa e reparar cada fragmento dela é uma tarefa urgente, ou seremos uma geração sem memória, desconectada de seu passado. (BOSCOV, Isabela. Os palácios da memória. **Revista Veja**, São Paulo, edição 2477, n19, p.102, Mai. 2016).

2 CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 Meados da década de 30: O Brasil no novo cenário Mundial

Estamos em um mundo prestes a testemunhar o início da Segunda Guerra Mundial. Um momento onde ideias e medidas contra os judeus estão sendo amplamente divulgadas e sancionadas por leis. A Alemanha já se encontra sob domínio Nazista e prestes a dominar outros países do continente europeu, espalhando morte, ódio e uma promessa de “Livrar o mundo do mal judaico”.

No Brasil temos Getúlio Vargas como presidente e o Estado Novo despontando como um período marcado pela repressão ao comunismo, ao judeu, ao negro e ao amarelo e, em consequência disso, o surgimento de uma preocupação do governo pela formação de uma “identidade verdadeiramente brasileira” (CARNEIRO, 1988). Apesar de negarem qualquer similaridade e aproximação com os regimes nazifascistas e ditatoriais, a realidade brasileira dos anos 30 e 40, afinou-se bem aos moldes e rumos trilhados pelos países europeus cuja ideologia voltava-se para a construção de um país “forte” e nacionalista, se enquadrando ao pensamento defendido pelos governantes e intelectuais integrados ao projeto estado novista.

Segundo Galvão (apud CARNEIRO, 1993), o nacionalismo alemão era fonte de inspiração do que aqui queria-se alcançar: o Estado Forte. E com isso surgia também a ideia de “perigo”, um perigo étnico, que poderia colocar em xeque a formação da tão sonhada identidade e Estado Nacional. Uma Nação uniformizada e padronizada. O que ficava escondido pela propaganda

Getulista era que essa uniformização cultural e étnica implicava na exclusão e descriminação de grupos estranhos ao projeto de nacionalização como também ao combate de todos que se colocavam contra a ideologia do regime.

Em consequência, os judeus foram os que mais sofreram com essa política, devido ao momento e estado de desespero em que se encontravam ao fugirem daquela Europa conflagrada pelo terror Nazista. À eles foram fechadas as portas de entrada ao Brasil, endossando a política de implantação de uma “raça branca brasileira”.

O estereótipo germânico tomado como molde para os governantes brasileiros tornou-se meta de uma purificação racial, mas ela deveria ser conquistada de forma sutil, já que o Brasil, até aquele momento, não havia se aproximado oficialmente nem dos Estados Unidos, nem da Alemanha Nazista. Em meio à essa situação delicada, o Brasil ao mesmo tempo em que agia com uma política de repressão contra as áreas de colonização alemã (1938) sob alegação de possível zona de infiltração nazista, também, por trás dos bastidores, adotava uma política antissemita e assim fazia-se simpático também aos olhos de Hitler.

Entre 1938 e 1939 o Brasil não só ampliou sua relação comercial com a Alemanha, como também aproximou as relações entre as forças armadas brasileiras e alemãs, o que preocupava muito os EUA (GAMBINI, 1977 apud CARNEIRO, 1994). Além disso, figuras dentro do Ministério de Vargas, como Dutra, Góes Monteiro e Filinto Muller (chefe da polícia política), declaravam-se abertamente inclinados às políticas do Eixo.

Diante desse cenário, disfarçado de um Estado democrático, o Brasil de Vargas foi se tornando, cada vez mais, um Estado simpático à políticas e práticas preconceituosas e racistas. O preconceito racial contra judeus, negros e japoneses foi sendo alimentado por uma propaganda que buscava reavivar velhos mitos adormecidos no inconsciente coletivo. O ideal de uma sociedade pluralista foi sendo passo a passo apagado.

Figura 1 – “Salomão, Abrahão, Jacob e Cia.” (Lê-se: Jeca- Olá, pessoá! Oces aqui! As coisa já tá tão ruim! A gente já tiremo de cada cabrito duas pele...)

Fonte: Revista Careta, 1938

Figura 2 – “Seio de Abrahão” (Lê-se: Jacob- Você não imagina como Tio Sam é camarada. Jeca- Sim, sim, mas o guarda-chuva não é dele).

Fonte: Revista Careta, 1938.

Figura 3 – “A casa da mãe joana” (Lê-se: Jacob- Entra pessoal! Ele ainda continua a olhar para o outro lado).

Fonte: Revista Careta, 1938.

É importante frisar que a grande maioria das ideias antissemitas e xenófobas disseminadas na época, partiram de uma camada considerada a “elite” brasileira e que, portanto, tiveram uma enorme influência nas políticas adotadas pelo governo Vargas naquele período. Diante disso, antes de explorarmos as questões que envolveram a política imigratória relacionada à entradas dos judeus no país, devemos estudar mais profundamente de onde vieram esses ideais antissemitas e como eles foram sendo moldados no imaginário brasileiro.

2.2 O antissemitismo na Era Vargas

Como apontado por Raul Hilberg (apud LEWIN, 2011), em sua obra *The Destruction of the European Jews*, ao logo da história europeia, houveram três tipos de políticas anti-judaicas: conversão, expulsão e eliminação. Essas políticas poderiam ser assim traduzidas nos seguintes discursos: “vocês não tem o direito de viver entre nós como judeus”; “vocês não tem o direito de viver entre nós”; e, finalmente, “vocês não tem o direito de viver”.

Mas, uma coisa que todos eles tem em comum é de que o judeu é identificado como um estrangeiro, incapaz de se adaptar e de se integrar nos países onde se instala. Ele é apresentado sempre como um indivíduo hostil à civilização, explorador dos mais fracos, desrespeitador da fé cristã, imoral, antissocial, e de espírito revolucionário: uma anomalia social e racial.

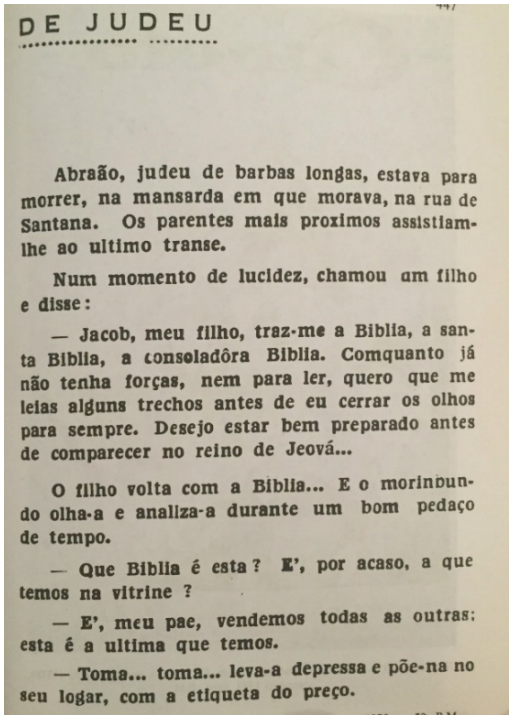
Esses princípios foram retomados na década de 30, num momento de recuo das ideias liberais e do avanço do pensamento da direita europeia, racista e imperialista. Segundo a autora Maria Luiza Tucci Carneiro em "O antissemitismo na Era Vargas", 1988, a burguesia brasileira, aliada à aristocracia cafeeira, encontrou nos ideais de supremacia uma saída "racional" para justificar sua dominação estruturada, a partir de 1937, sob a forma de uma ditadura. Por outro lado, esse arsenal de argumentos racistas e de exaltação às raças eugênicas gerou um clima propício à circulação de ideias antissemitas.

Segundo Robert Levine (1968), a ameaça permaneceu potencial, não de fato. Os judeus brasileiros, de maneira geral, nunca enfrentaram uma violência antissemita. Via de regra, a população brasileira não encorajou ou apoiou abertamente tais causas.

Porém, numa época onde o antissemitismo era justificado sob uma máscara cientifica baseado numa corrente muito forte ligada aos estudos de raças e de uma suposta superioridade ariana, não faltaram estudos brasileiros sobre essa temática. Fazendo da ciência uma questão de autoridade, invocando conceitos tendenciosos da Sociologia e Antropologia, as ideias que persistiram entre muitos intelectuais brasileiros e que foram retomadas nos anos 30 e 40, podem ser assim enumeradas: admitiam a existência de raças superiores e inferiores; delegavam às raças manifestações que decorrem de fatores sociais; afirmavam a ideia de "inferioridade" do mestiço; confirmavam a influência negativa da presença do sangue negro em todas as civilizações; propunham a formação de uma população eugênica; e a necessidade de controlar a imigração, incentivando a entrada de elementos arianos;

Esses intelectuais, apesar de não fazerem referência especifica ao elemento judeu, endossavam um conjunto de ideias que enraizadas na mentalidade da elite brasileira, contribuíram para reavivar valores raciais que, obviamente, forneceram sustentação para a formulação de uma política antissemita durante o Estado Novo.

Fortaleceu-se ao redor do mundo o conceito de “estrangeiro indesejável”, manipulado com certo fanatismo pela elite que, no meio da crise política vigente no período entre guerras, sentiu a necessidade de apontar o causador de todos os males que atingiam as nações, indicando uma solução para o problema. Como bode expiatório apontou-se o judeu, que carregava consigo o triplo estigma de “comunista”, “indesejável” e de “raça impura” (CARNEIRO, 1988).



DE JUDEU

Abraão, judeu de barbas longas, estava para morrer, na mansarda em que morava, na rua de Santana. Os parentes mais proximos assistiam-lhe ao ultimo transe.

Num momento de lucidez, chamou um filho e disse:

— Jacob, meu filho, traz-me a Biblia, a santa Biblia, a consoladôra Biblia. Comquanto já não tenha forças, nem para ler, quero que me leias alguns trechos antes de eu cerrar os olhos para sempre. Desejo estar bem preparado antes de comparecer no reino de Jeová...

O filho volta com a Biblia... E o moribundo olha-a e analiza-a durante um bom pedaço de tempo.

— Que Biblia é esta? E', por acaso, a que temos na vitrine?

— E', meu pae, vendemos todas as outras: esta é a ultima que temos.

— Toma... toma... leva-a depressa e põe-na no seu logar, com a etiqueta do preço.

Figura 4 – “Judeu”.

Fonte: Revista Careta, 1936

Enquanto isso, crescia no Brasil a importância da construção de uma identidade brasileira pura e que, na visão dos membros do governo, seria prejudicada pela entrada desses ditos indesejáveis, fato que buscaremos frisar ao longo de todo o trabalho. Para o Brasil o judeu seria sempre um “indesejável”. Aquele que não se mistura, que não se assimila e que, por fim, se torna um “quisto racial”.

Em 1931, a Editora Globo, de Porto Alegre (RS), traduziu e publicou o livro “As Forças Secretas da Revolução - Maçonaria e Judaísmo”, de Leons de Poncins; e em 1934, “O Judeu Internacional”, de Henry Ford, culminando com a tradução e publicação dos “Protocolos dos

Sábios do Sião”, traduzidos e prefaciados pelo integralista Gustavo Barroso, declaradamente antissemita. Essas publicações, bem como outras matérias, panfletos, charges e reportagens na época, ajudaram a disseminar a ideia do judeu imoral, explorador, enganador e agitador. Hora considerado de esquerda, comunista, revolucionário, hora considerado de direta, capitalista e explorador, o judeu se tornou um alvo certo das medidas restritivas à imigração na governo Vargas.

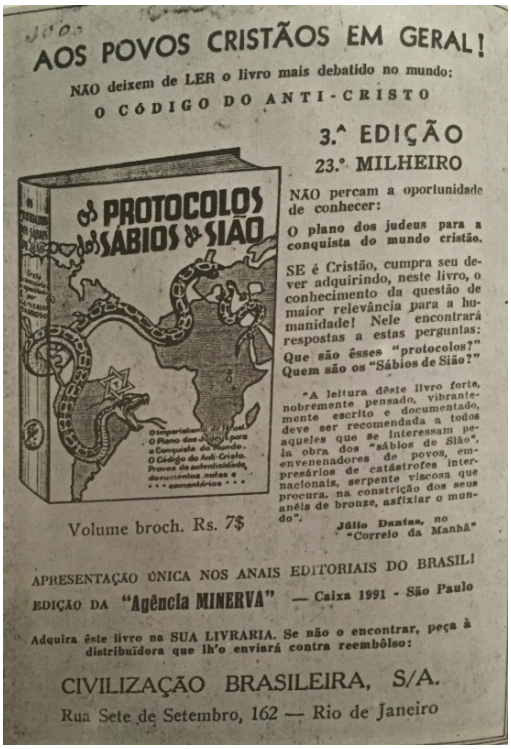
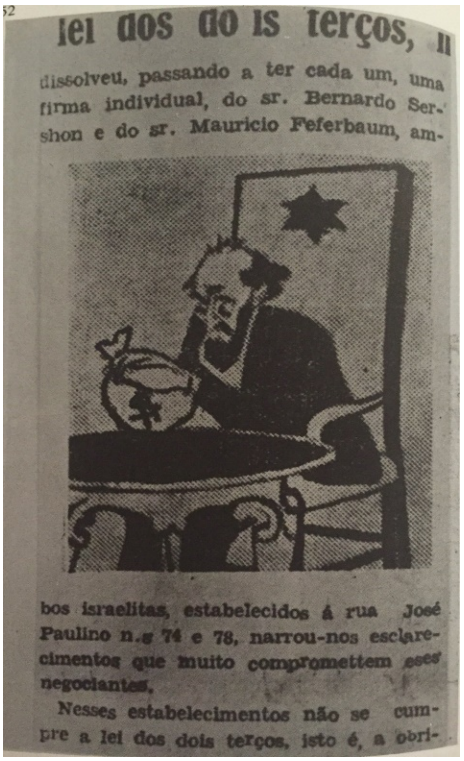


Figura 5 – Propaganda dos *Protocolos dos Sábios do Sião*.

Fonte: Livro “O Antissemitismo na Era Vargas”, 1988

A prisão e a tortura aos membros da ANL (principal opositora do Integralismo, partido de Vargas) sendo muitos deles de origem judaica, nos dão uma amostra do grau de repressão e fortalecimento do estigma de “ser comunista é ser judeu”, identificados com o elemento estrangeiro. Essa situação culminou com a prisão e deportação de Olga Benário, esposa de Carlos Prestes, entregue à GESTAPO e que, segundo depoimento de sobreviventes daquele período, “não foi a única judia alemã enviada pelo governo brasileiro aos campos de concentração (CARNEIRO, 1988).

Segundo Cristiane Fortes Lia (2012), No Rio Grande do Sul, por exemplo, onde existiam grandes grupos de estrangeiros, os judeus passaram a ganhar um amplo espaço na imprensa escrita local, principalmente como tema de artigos que condenavam a presença judaica em terras brasileiras.



lei dos do is terços,

dissolveu, passando a ter cada um, uma firma individual, do sr. Bernardo Ser-shon e do sr. Mauricio Feferbaum, am-

bos israelitas, estabelecidos á rua José Paulino n.s 74 e 78, narrou-nos esclarecimentos que muito compromettem esses negociantes.

Nesses estabelecimentos não se cumpre a lei dos dois terços, isto é, a obri-

Figura 6 – “lei dos dois terços”

Fonte: Jornal Acção, 1937

Após o golpe de Novembro de 37 e a instalação do Estado Novo (1937-1945) iniciou-se uma fase de consolidação política, e da formação de um governo forte, antidemocrático, centralizador, apartidário e ditatorial, corporificado em Getúlio Vargas.

Como doutrina oficial do Estado estava a ideologia do anticomunismo. Segundo Oliveira (1980), delineou-se a ideia de que o Estado Novo brasileiro era: “uma colmeia de trabalho, de ordem, de disciplina, de ação orientada e segura, de modo que cada cidadão sinta que é uma força em movimento defendendo interesses nacionais e firmando as bases de uma sociedade nova...”

Apelou-se para a ideia de “quistos raciais” dentro do imaginário da população. Buscava-se acabar com tudo que pudesse descentralizar o regime e pôr em risco o processo de homogeneização da população. Sob o prisma do fenômeno imigratório daquele momento uma

política imigratória aberta à todas as etnias entraria em conflito com o triunfo do homem branco, tão sonhado pela cúpula varguista. Buscava-se um ideário de homem brasileiro e podemos imaginar a dificuldade que os profissionais do Poder enfrentaram para encarar as diferenças presentes na sociedade brasileiro, procurando auxílio em uma propaganda nacionalista que, por sua vez, trabalhava em conjunto com um projeto educacional e política imigratória em "prol do abrasileiramento da República".

Tendo o governo essa grande preocupação da formação de uma identidade nacional e buscando-se livrar dos "quistos raciais", procurou-se, de todas as formas, identificar e eliminar sinais de erosão da "identidade cultural brasileira".

Segundo Cytrynowicz (2002), várias escolas judaicas em São Paulo e no Rio de Janeiro, tiveram que mudar seus nomes passando a conter o termo "israelita brasileiro" ou "hebraico-brasileiro", além de o ensino de língua estrangeira como o Hebraico e o Ídiche, terem horas reduzidas de ensino.

Outra medida tomada pelo governo foi a de investir contra e cercear os núcleos estrangeiros nas zonas de colonização. Neste sentindo, uma série de decretos foi sancionada com o intuito de acabar com o ensino de línguas estrangeiras nas escolas públicas e a proibição da circulação de jornais em língua estrangeira, fatos que tiveram grande repercussão na imprensa dos países que eram diretamente atingidos por esta nova política.

No caso ocorrido no Paraná, onde encontrava-se uma das maiores comunidades estrangeiras instalada no país, os poloneses foram os que sentiram as medidas mais rigorosas nesse sentido. No início de 1938, foi assinado decreto pelas autoridade paranaenses, que proibia durante os 3 primeiros anos, além do ensino de língua estrangeiras nas escolas, também o subsidio oferecido por governos e entidades estrangeiras para a construção e/ou manutenção de escolas.

Ao tentarem se pronunciar contra tais medidas, os poloneses do Paraná se encontraram completamente acuados pela repressão policial que passaram a sofrer. Aos olhos das autoridades brasileiras, essas atitudes de protesto foram consideradas "megalomania que, em dado momento de exacerbação, pode ter consequências sérias". Megalomania aqui traduzida pelo regime como sendo a "visão obcecada da Polônia de se tornar um império colonial". (Oficio de J, de A.

Figueira de Mello, da Legação dos Estados Unidos do Brasil em Varsóvia para Mario Pimentel Brandao, Ministro das Relações exteriores. Varsóvia, 3 de fev., 1938**.** In *missões Diplomáticas Brasileiras, Ofícios Recebidos*. 1938, p.l, A.H.I.).

Em artigo publicado por *I.K.Jancewski* para o jornal *Kurjer Warszawski* (Correio de Varsóvia) publicado em Curitiba (sendo transcrito no jornal polonês *Warsawski Dziennik Narodowy* – Diário Nacional de Varsóvia):

> Os nossos nervos abalados pelo rápido desenvolvimento dos acontecimentos políticos foram levados, ao auge pela publicação do decreto do Interventor do Paraná, Sr. Manoel Ribas, relativo à nacionalização das escolas...
>
> O Estado do Paraná, onde existe uma colônia de 200 mil almas, está sendo dirigido por um forte governo nacionalista, do qual faz parte uma missão especial militar, chefiada pelo inspetor Veloso e de que são membros o Comandante Oliveira e o Cap. Pereira. Um deles declarou que os estrangeiros que porventura dificultarem a nacionalização do pais serão considerados como indesejáveis. ("Oscalenie Brazylii" In Kurjer Warszawski. Dnia, 13 mar. 1938.).

A menção final de serem considerados "indesejáveis" não deixa dúvidas: os poloneses estavam sendo rigidamente cerceados de sua liberdade por serem considerados, em sua maioria, como judeus. E isso faz todo o sentido quando observamos que em 1936 autoridades diplomáticas brasileiras sediadas em Varsóvia, a pedido do Ministério das Relações Exteriores, vasculharam e fizeram um levantamento estatístico de quantos poloneses se dirigiram para terras brasileiras. O interessante aqui é notar que foi feita uma observação especial dentro desses números: a de quantos judeus se encontravam em meio aos poloneses. Constatou-se que, em 1935, embarcaram 1.641 imigrantes, sendo 789 judeus e 90 "falsos judeus agricultores". Dos 73 poloneses que entraram no Brasil em Junho, 63 eram judeus. (Oficio de Edgardo Barbedo do Consulado Geral do Brasil em Varsóvia para Jorge Latour, Encarregado dos Negócios do Brasil em Varsóvia. Varsóvia, 19 de out. 1936 *In missões Diplomáticas Brasileiras, Ofícios Recebidos*, out. 36 a 37, p.3 A.H.I.).

Acionada como instrumento de domínio, a violência foi apoiada por uma base de poderes com uma polícia política, informantes, decretos, propaganda, doutrinação e censura. Como defendido por Hannah Arendt em "Crises da República":

> Poder e violência, ainda que fenômenos distintos, quase sempre aparecem juntos. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, sempre necessita de orientação e justificação pelos fins que persegue...e o que necessita de ser justificado por outra crise, não pode ser essência de coisa alguma. (ROLLEMBERG, 2007 apud ARENDT, 1999)

2.3 Os judeus na Alemanha Nazista

Segundo Lewin (2011), o estimulo ao preconceito contra os judeus na Alemanha nazista criou um inimigo visível sobre o qual recaía a atribuição de inimigo da pátria, pois, contraditoriamente, sua figura era associada aos malefícios dos dois grandes sistemas políticos da época (capitalista x comunista). Durante os primeiros anos da Alemanha Nazista o objetivo imediato foi o de forçar os judeus a emigrarem. Decretos e ordens foram promulgados excluindo-os das profissões liberais, escolas, universidades e da vida pública e cultural (imprensa, cinema e teatro). Segundo Tucci Carneiro, emigraram, nesta época, cerca de 170 mil judeus pressionados pela segregação que lhes era imposta pelo regime nazista. Classificando-os de judeus indesejáveis, as placas afixadas em piscinas públicas, por exemplo, diziam: “Interditado aos cães e aos judeus de se banhar.”

Em setembro de 1935 as condições de sobrevivência na Alemanha ficaram cada vez mais restritas para os judeus. Com a realização do Congresso do Partido Nazista, foram proclamadas as “*Leis de Nuremberg*” que diferenciavam “em nome do sangue e da honra alemã”, os cidadãos do Reich (Reichsburguer: cidadãos completos) dos “nacionais” (Volksburguer: cidadãos de segunda classe).

Como é possível verificar no “Anexo A” deste trabalho (ARQSHOA, 2015), em Setembro de 1937, a embaixada brasileira em Berlim, enviou um telegrama para Mario Pimentel Brandão, ministro das Relações Exteriores, contando sobre o que se passava com os judeus da Alemanha.

A partir daí os judeus foram excluídos da cidadania alemã, proibidos de prestar serviços domésticos aos “arianos”, manter relações sexuais com alemães, etc. Foram isolados do restante da sociedade alemã, com base em critérios puramente pseudo-biológicos. Preparavam

psicologicamente, a sua eliminação física (segunda parte do Plano da Solução Final da Questão Judaica).

O estopim das manifestações antissemitas na Alemanha foi atingido quando foi assassinado em Paris, o conselheiro da Embaixada alemã. O ato, praticado por um judeu de 17 anos, estendeu a todos os judeus a responsabilidade pelo crime. Goebbels, influenciado por Hitler, incentivou os dirigentes do NSDAP (membros associados do partido nazista) e da SA (tropas de choque alemães), para uma ação bárbara que ficou conhecida como a "Noite dos Cristais" (*Kristallnacht*).

As cenas de violência ultrapassaram todos os pogroms russos e os massacres medievais (CARNEIRO, 1988). Sinagogas foram incendiadas, milhares de lojas pertencentes a judeus foram saqueadas; casas de famílias judias foram atacadas e cerca de 30.000 indivíduos foram enviados para os campos de concentração e os judeus de Munique intimados a deixar a cidade em 48 horas.

Os judeus foram ainda obrigados pelo governo nazista a pagar 1,25 bilhões de marcos alemães para "reparação dos danos", e os de Frankfurt (de 18 a 60 anos) foram levados para campos de concentração.

A Embaixada do Brasil instalada em Berlim, assistindo a essas atrocidades e vivenciando o clima de terror que aos poucos ia dominando a Alemanha, assim descreveu o ocorrido: "Continuam as medidas sistemáticas de eliminação dos semitas que aos poucos e metodicamente vão sendo expulsos de todos os meios da Alemanha". ("Relatório do mês financeiro", Berlim, 15.4.1939, in MDB, Ofícios Recebidos, jan. a abr. 1939).

Relatando as interdições impostas para exercer suas profissões e as dificuldades que os judeus estavam encontrando para continuar a exercer atividades comerciais, a Embaixada do Brasil refere-se a uma nova imposição promulgada em fevereiro:

> Está obrigava a todos israelitas de nacionalidade alemã, residentes no Reich, a entregar ao Estado, todos os seus haveres, em joias e metais preciosos. Estes recebiam uma avaliação arbitrária, abaixo do valor real. A soma dessas vendas forçadas ficava depositada nos bancos à disposição de seus antigos proprietários, mediante certas condições que lhes dificultavam o recebimento do dinheiro. Nenhum judeu estava autorizado a possuir mais de um talher de prata e somente para uso pessoal. ("Relatório do mês financeiro", Berlim, 15.4.1939, in MDB, Ofícios Recebidos, jan. a abr. 1939).

Não sobraram muitas opções para os judeus: emigrar ou correr o risco de serem enviados para um campo de concentração. A permanência no Reich havia se tornado impossível, visto que o exercício das profissões já lhes era negado e a própria circulação pela cidade já era controlada. Por outro lado, as condições impostas para aqueles que quisessem emigrar não facilitavam em nada a saída; ao contrário: funcionavam mais como um bloqueio. Cobrando altas "taxas de saída" que muitos não tinham condições de pagar.

Esse panorama foi se alastrando por todos os países conquistados pelos nazistas e, ao mesmo tempo, muitos foram os países que fecharam-lhes as portas, sendo o Brasil um deles.

2.4 As circulares secretas: minorias em cheque

Para podermos começar a discutir as circulares secretas e decretos que restringiram a entrada dos judeus em território brasileiro, é interessante observar que nos dicionários da época a palavra "indesejável" era explicada do ponto de vista imigratório, ou seja: indesejável era definido como "pessoa estrangeira cuja permanência no país é considerada como inconveniente e por isso proibida" (Pequeno dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 1946, p.686.). Esse fato demostra de forma bem clara como a imagem do judeu indesejável estava diretamente ligada à ideia de imigrante; aquele que vem de fora; o diferente; o semita (termo utilizado com frequência nos ofícios do governo).

Além disso, esse tipo de pensamento preconceituoso mostra-se bastante claro na opinião de Pedro Rocha, nosso delegado comercial em Varsóvia, que, a pedido de Jorge Latour, encarregado de Negócios do Brasil em Varsóvia, com o objetivo de informar ao Ministério das Relações Exteriores, não mediu palavras para definir o seu conceito de "raça judaica":

> Raça inassimilável e egoísta. Ingrata, sem patriotismo e altamente prejudicial ao país que a abriga. Psicologicamente degenerada. Estupidamente intolerante em matéria religiosa. Considera inimiga o resto da humanidade. Os indivíduos não se adaptam a nenhum trabalho produtivo...São comerciantes, usuários ou servem de intermediários para qualquer negócio. Vivendo exclusivamente da exploração do próximo é desumano e sem

> escrúpulo. Procuram sempre as cidades onde se aglomeram em bairros imundos, sem higiene, passando a maior parte do tempo, como todos os sedentários, em intermináveis discussões sobre temas religiosos ou comerciais. Quase todos são comunistas militantes ou simpatizantes do credo vermelho. (Carta de Pedro Rocha, delegado comercial, para Jorge Latour, encarregado de Negócios do Brasil. Varsóvia, 15.10.1936, op.cit).

Apesar da modernização do mito judaico, velhos preconceitos e estereótipos ainda perduravam como podemos ver nesse e em outros documentos oficiais do governos, chegando ao ápice de em outro dicionário da época, a palavra "judeu" ser definida como "homem mau", avarento, negocista, homem trocista. (Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 1936).

Dentro deste panorama, é mais fácil entender as restrições que começam a ser impostas sobre os judeus, bem como japoneses e negros, a partir do anos 30, com a constituição de 1934 que passa a instituir uma política de cotas e cartas de chamadas.

Segundo Carneiro (1988), o Brasil pretendia com essa imigração restrita, receber somente os elementos que seriam interessantes para melhorar a composição racial do povo brasileiro e, para isso, deveriam trazer levas de europeus brancos e agricultores, sendo que essa última característica era de extrema importância para o governo que tinha como objetivo suprir o déficit gerado desde a libertação do negro e que deixou as grandes áreas rurais com uma falta de mão de obra nas lavouras de café.

Nesse sentindo, Cytrynowicz (2002), afirma que entre os membros do governo, o judeu era considerado inapropriado para essa intenção. Considerado como "parasita urbano", o judeu, mesmo quando este se dizia apto ao trabalho rural, muitas vezes era-lhe negado o visto de entrada em razão do velho estigma de que o judeu só vive em aglomerados urbanos. Vale ressaltar, no entanto, que os estereótipos sobre os judeus foram manipulados e, anos mais tarde, quando do interesse político, os judeus passariam a ser vistos como imigrantes com aptidões interessantes ao desenvolvimento econômico do país.

Segundo Lesser (1995), o Brasil não impôs a outros contingentes humanos tamanhas exigência e processos seletivos para serem aceitos como imigrantes. O imigrante português, por exemplo, era considerado por Vargas e seus burocratas, como o "imigrante ideal", mas tirando o fato de terem o domínio da língua Portuguesa e serem católicos, qualquer pessoa que tenha vivido em qualquer

cidade do Brasil, certamente teve contato com portugueses que emigraram e se concentraram em grandes centro urbanos e que desenvolviam as mesmas atividade econômicas atribuídas genericamente aos judeus.

Ao longo dos anos seguintes não faltaram casos e documentos oficiais que relatassem claramente a intenção brasileira de não receber, exclusivamente, judeus. Em 10 de outubro de 1939, em um dos muitos exemplos, o CIC encaminhou ao MRE um parecer favorável ao pedido que havia sido encaminhado à delegação brasileira em Bucareste, no sentido de o Brasil receber quinhentos refugiados poloneses, "(...) desde que não se incluam semitas (...)".

Como consta nos arquivos históricos do Itamaraty (95/5/5, 91/5/6), O CIC já havia aumentado a cota de imigração de poloneses em 4.7.1939, para 5 mil pessoas anualmente pois *"(...) considerando que a imigração polonesa consulta perfeitamente os interesses nacionais nos seus aspectos étnicos, econômico e cultual (...)"*. Sobre a imigração canadense, o CIC declarou que *"(...) Vê com a maior satisfação e interesse a possibilidade da referida imigração para o Brasil (...)"*. Em 29.10.1940, o CIC novamente aprovou a vinda de refugiados poloneses para o Brasil, *"(...)se tratando de pessoas de origem étnica ariana (...)"* concordando com a sugestão enviada pela Divisão de Passaportes do MRE em 15.10.1940. Em 22.11.1940, a respeito de 500 luxemburgueses "de origem semítica", que estavam em situação precária em Portugal, o CIC pronuncia-se contra pois a *"(...) vinda das referidas pessoas para o Brasil não consulta os interesses nacionais. (...)"*.

Segundo Oliveira Vianna, intelectual de forte influência governamental e antigo difusor de pensamentos antissemitas, o "coeficiente de miscigenação" dos judeus seria "igual a zero". Para ele, o grupo era "infusível". Como bem frisa Fabio Koifman em seu livro "Quixote nas Trevas":

> As elites brasileiras comumente se basearam em discursos antissemitas europeus dos séculos anteriores. Estes eram explicados por intermédio de acusações claramente fantasiosas, muitas vezes tendo como origem ideológica deturpações de interpretações doutrinarias religiosas, que passaram a ser apresentados inseridos nos moldes racionais laicos e científicos, por meio dos quais o absurdo proposto era aceito justamente por quem previamente desejava uma explicação lógica para seu ódio latente, fruto de valores transmitidos por diversos setores da cultura. (Koifman, 2002, p 54).

Levando-se em conta o crescimento e divulgação desses ideias ao longo dos anos, culminando com a implantação do Estado Novo, desde as primeiras medidas restritivas à entrada de estrangeiros, nada impediu que os "israelitas" seguissem entrando individualmente no Brasil, desde que não se apresentassem em grupos, chamando a atenção das autoridades.

Tendo em vista o aumento das perseguições nazistas na Europa, os judeus em atos desesperados passaram a tentar fugir em maior número, o que fez com que o Ministério das Relações Exteriores emitisse a Circular Secreta 1.127, configurando a adoção de uma política imigratória restritiva nominalmente aos judeus (Ver "Anexo B").

Mario Pimentel Brandao, então ministro de Estado das Relações Exteriores, ainda frisa com toda convicção que *"cada vapor que aqui aporta traz quantidade surpreendente de elementos dessa espécie reunidos, segundo estamos informados, o que há de pior, como antecedentes e como capacidade produtiva"*. Para ele, parte chegava com falsas cartas de chamada que implicava uma declaração falsa da profissão de agricultor e por fim:

> (...) todos visam burlar a vigilância de nossas autoridades e radicarem-se clandestinamente e definitivamente nos núcleos urbanos e populosos do pais, para numa inadmissível concorrência ao comercio local e ao trabalhador nacional, absorverem uma parte de nossa riqueza, quando, além disso, não se entregarem a propaganda de ideias dissolventes e subversivas. (BRASIL, Circular Secreta 1.127, de 7.6.1937. Emitida pelo Ministério de Relações Exteriores para as Missões Diplomáticas Brasileiras e Consulados de Carreira. In maço n 29.655. A.H.I).

As intenções antissemitas da presente circular se concentravam no item C, especifico sobre a entrada de "semitas" no país:

> Fica recusado visto no passaporte a toda pessoa de que se saiba, ou por declaração própria (folha de identidade), ou qualquer outro meio de informação seguro, que é de origem étnica semítica. No caso de haver apenas "suspeitas", recomenda-se às autoridades 'retardar a concessão do visto, até que, por meios de investigação eficientes...'consigam esclarecer a dúvida e chegar a uma decisão final. (BRASIL, Circular Secreta 1.127, de 7.6.1937. Emitida pelo Ministério de Relações Exteriores para as Missões Diplomáticas Brasileiras e Consulados de Carreira. In maço n 29.655. A.H.I).

Segundo Lesser (1995), o número de imigrantes judeus que entraram no Brasil em 1938 foi o mais baixo da década, registrando-se apenas 530 refugiados, contra 2.003 do ano anterior, o que mostra a eficiência no cumprimento da Circular Secreta.

Pouco depois, em 20 de Agosto, Getúlio Vargas assinou importante decreto que tratava da entrada de estrangeiros em território nacional, o decreto-lei 3.010. A lei teve por objetivo concentrar e controlar minuciosamente todo o processo de entrada e registro dos estrangeiros, desde a autorização de concessão de visto até a partida e naturalização daquelas pessoas. Quatro dia depois, em 24 de Agosto de 38, o MRE emitiu a Circular 1.243, que explicava às missões diplomáticas todos os procedimento exigidos pelo decreto-lei. A partir de agora, todo e qualquer visto dependeria da boa vontade de cada diplomata brasileiro em facilitar a entrada dos judeus refugiados. Não é difícil imaginar a dificuldade que um judeu teria em conseguir, por exemplo, uma carta de batismo, ou um documento oficial de seu país de origem atestando a inexistência de antecedentes criminais: ou eles já se encontravam fora de seu país de origem ou estavam sendo perseguidos pelas autoridades locais.

Para se ter uma ideia da tamanha importância que este assunto tinha para nosso presidente, em Setembro de 1938 foi criado, por determinação de Vargas, o Conselho de Imigração e Colonização (CIC). Vinculado ao gabinete da presidência, eles se reuniam semanalmente em uma sala do palácio do Itamaraty ("Primeiro ano de trabalhos do Conselho de Imigração e Colonização". Revista de Imigração e Colonização, 1940, pp. 5-17).

Em 27 de Setembro de 1938 foi emitida pelo CIC a Circular número 1.249. Iniciava-se nessa época os "anos críticos" para os judeus da Europa e, em decorrência disso, o desespero daqueles que lá se encontravam e de seus familiares que aqui já residiam em traze-los para solo brasileiro. Com o cabeçalho "entrada de israelitas em território nacional", a Circular teve o intuito de aplacar os ânimos dos "semitas, possibilitando, de forma breve e excepcional, a vinda de alguns estrangeiros que se encontravam dentro dos parâmetros estabelecidos. O número de 4.601 judeus que entraram no Brasil em 1939 teve relação direta com as "brechas" criadas pela nova Circular.

Com o decorrer dos anos, o Brasil passou a emitir uma serie de novas Circulares, secretas ou não, relacionadas especialmente ao emigrante "semita", termo recorrente em diversas Circulares.

Cada uma delas visava resguardar possíveis brechas que poderiam ser usadas para a “infiltração” desses refugiados, cerceando o visto de turismo, proibindo a emissão em passaportes onde o sobrenome do indivíduo sugerisse origem judaica (critério até mais abrangente que o critério nazista, pois partia da premissa de que todo portador de sobrenome que sugerisse sob critérios subjetivos a identidade étnica judaica, era realmente judeu), entre outros, culminando com as Circulares 1.498 (06/01/1941) e 1.499 (07/01/1941). Sobre elas, com o intuito de fortificar e deixar bem claro o conteúdo das mesmas, já que, mesmo com as circulares e decretos expedidos anteriormente, alguns refugiados continuavam a chegar à portos brasileiros e segundo o MRE e o chefe da divisão de Passaportes, Labienno Salgado dos Santos, isso ocorria por um aparente desconhecimento das novas regras por parte de alguns cônsules, foi enviado um memorando explicativo anexado aos exemplares, à todas as representações diplomáticas em 15/01/1941:

> (...) Do exame dos passaportes e das cédulas de qualificação de estrangeiros entrados em território nacional, se verifica que nem sempre as repartições consulares acertam na seleção étnica dos mesmos, dando em resultado a entrada de israelitas aos quais deveria ser negado o visto consular. Isso resulta da dificuldade que apresenta a todos os que não residiram em país habitado por agrupamentos de israelitas, de distinguir os aspectos étnicos dos mesmo.
>
> 2. É mister que os funcionários encarregados do serviço consular tomem todas as precauções a fim de evitar enganos que virão favorecer uma imigração que não convém aos interesses do Brasil.
>
> 3. Para efeito de seleção a que se acham empenhadas as autoridades brasileiras de imigração, são israelitas os descendentes dos filhos de Israel, não só os habitantes sionistas da Palestina, mas todos os Israelitas disseminados pelo mundo. O fato de um israelita professar o catolicismo ou outra qualquer crença que não seja a mosaica não modifica a condição do mesmo, que, para efeito da recusa do visto consular, será sempre considerado israelita. É a etnia que deve prevalecer e não a circunstância do candidato ao visto consular abraçar alguma crença que não seja a mosaica. As provas étnicas serão colhidas na documentação que o pretendente ao visto apresentar, dando-se preferência aos certificados de natureza oficial e aos da comunidade religiosa a que o referido interessado pertencer ou tiver pertencido, pertença ou tenha pertencido alguns dos pais ou avós ou antepassados. Outros elementos de prova serão fornecido pelo nome e sobrenome do interessado – prova característica e, na maioria dos casos, inconfundível. O tipo físico do interessado, a modalidade do falar de que se apercebem facilmente todos os que viveram em países habitados por agrupamentos israelitas, a profissão, a circunstância de ser naturalizado (são os israelitas os que mais propensão tem de mudar de nacionalidade e de religião e o fazem e o declaram com alarde), o modo caracteristicamente servil com que formulam o pedido. Outras características, que ficam ao critério do inteligente do agente consular verificar, contribuirão igualmente para a formação do juízo.
>
> 4. Não haverá inconveniente em dizer-se ao israelita, naturalmente com descrição e evitando-se ferir susceptibilidades, que o visto lhe ‘e negado porque a sua admissão não responde aos interesses do Brasil, que, na imigração, procura unicamente indivíduos que

> se assimilem na população brasileira, o que raramente se dá com os israelitas. (...) (KOIFMAN, 2002, p.128).

As circulares traziam também a informação de que os funcionários consulares que descumprissem as novas ordens estariam sujeitos aos enquadramentos legais estabelecidos em lei. A quantidade de tempo e preocupação dedicadas a esse assunto pelos ministros de governos, funcionário do MRE e do próprio presidente Getúlio Vargas é algo que impressiona.

Como citado por Decol (2001), o debate sobre a imigração judaica foi algo constante na mídia. Chegavam a fazer estimativas altamente exageradas, como a publicada no jornal *Meio-Dia,* no final dos anos 40: "400 mil judeus vivem no Brasil; 150 mil entraram nos últimos seis meses". Quando os dados censitários foram finalmente publicados em 1943, soube-se que a comunidade judaica tinha algo ao redor de 50 mil pessoas.

Como bem disse Tucci Carneiro:

> (...) falar sobre a política imigratória relacionada aos judeus sob o governo Vargas significa extrapolar as fronteiras brasileiras, deixando-se rolar para o além-mar, penetrando porta adentro de nossas embaixadas e consulados no exterior, testemunhas do totalitarismo e do imperialismo alemão e do desespero daqueles que queriam emigrar para o Brasil, tendo um exército nazista nos seus calcanhares. (CARNEIRO, 1988, P. 23)

...e um portão fechado diante de si. E é ai que se encontra Luiz Martins de Souza Dantas, nosso então embaixador na França já ocupada. Um homem que ousou desafiar as leis vigentes em prol de uma razão maior, motivado pelos sentimentos mais humanos e nobres que alguém pode sentir: o de salvar vidas, mesmo que isso implicasse em colocar a sua própria em risco.

3 UMA LUZ NA ESCURIDÃO

3.1 Trajetória e notas biográficas: Luiz Martins de Souza dantas

Souza Dantas nasceu em 17 de Fevereiro de 1876 no Rio de Janeiro. A família já se encontrava em meios políticos desde seu tataravô na época do então Império, o que acabou influenciado sua trajetória política e diplomática.

Aos dezoito anos formou-se em ciências e letras no Colégio Pedro II e em 1896 se tornou bacharel em direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

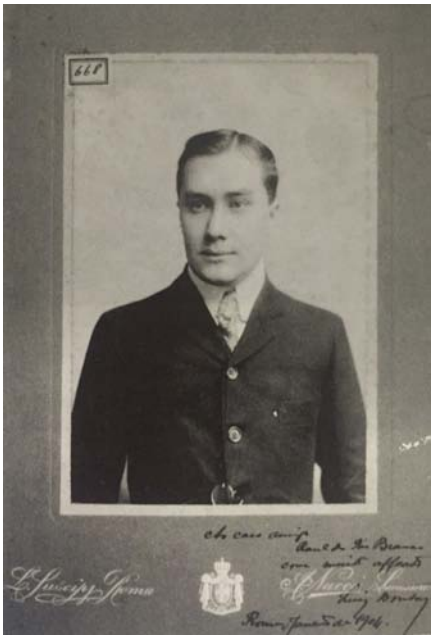


Figura 7 – Souza Dantas em Roma

Fonte: Quixote nas Trevas, 2002.

Nessa época, a recém-criada República buscava entre as *melhores famílias* brasileiras, jovens que pudessem representar o Brasil no exterior da forma desejada para *melhorar* a imagem externa do Brasil e assim atrair imigrantes brancos com o intuito de *branquear* a grande maioria da população de origem étnica não branca, indígena, mestiça e negra.

Souza Dantas obteve na força e tradição de seu sobrenome o primeiro pré-requisito básico para ingressar em uma cargo público dos que pretendiam alcançar uma posição dentro do corpo diplomático brasileiro, além de ter boa aparência e saber falar línguas estrangeiras. (KOIFMAN, 2002).

Sendo assim, com apenas 21 anos e com menos de 1 mês de formado, Souza Dantas foi nomeado em 23 de Janeiro de 1897 como adido de legação em Berna, Suíça. Nos anos seguintes passou por diferentes cargos e funções em embaixadas do Brasil na Rússia, Chile e Argentina, onde inclusive era muito querido por todos aqueles que chegaram a conhecê-lo, sendo inúmeras vezes assunto de notícias e notas em jornais locais. Em 15 de Maio de 1916 assumiu o posto de Subsecretario das Relações Exteriores, a pedido do então presidente Venceslau Brás, assumindo nos seis meses seguintes o cargo de ministro interino do MRE, estando à frente do Itamaraty em meio a Primeira Guerra Mundial.

Em Dezembro de 1919 assumiu o posto de embaixador em Roma onde permaneceu por dois anos, sendo então nomeado para assumir a embaixada na França em 23 de Dezembro de 1922. Dois anos depois, nomeado como representante do Brasil no Conselho executivo na Liga das Nações, foi designado a representar o Brasil na XXVIII Sessão do Conselho da Sociedade das Nações em Genebra. Lá, temos o registro do documento que constitui o primeiro registro formal sobre a preocupação e sensibilidade de Souza Dantas em relação ao destino das minorias da Europa. Sobre o tema relativo a questão de aquisição de nacionalidade polonesa e dos colonos de origem alemã na Polônia, Souza Dantas escreveu:

> (...) Penso que poderemos, dentre um pouco, resolver definitivamente essa questão que há três anos preocupa a Sociedade das Nações e é a da mais alta importância, como todas as outras relativas às minorias, para a tranquilidade da vida política na Europa. (...) (BRASIL, AHI, 274/2/13. Oficio de Souza Dantas para Felix Pacheco, MRE em 25.3.1924.)

Segundo o historiador Jeffrey Lesser (1995), apesar de em 1926 o Brasil ter tido sua delegação desligada junto à Liga das Nações, a participação de Souza Dantas nas questões relativas aos refugiados era bastante conhecida na comunidade judaica europeia.

Homem de prazeres simples, era conhecido como um “bom vivant” e nunca poupou dinheiro em banquetes e eventos promovidos pela embaixada, muitas vezes tirando dinheiro do próprio bolso. Souza Dantas foi assim definido por Argeu Guimaraes: “(...)Uma bela mulher, um bom livro, uma peça de teatro aplaudida-eis o paraíso (...)”.

Segundo o jornal *Diário de Notícias*, já desfrutando de enorme prestigio junto à alta sociedade, nos meios políticos, jornalísticos, literário e artísticos de Paris, em Agosto de 1930 Souza Dantas recebeu uma grande homenagem do governo francês, sendo presenteado com as insígnias da *Grand Croix de La Légion d’Honour* (Grã-Cruz da Legião de Honra).

Figura 8 - Souza Dantas em 1931

Fonte: Quixote nas Trevas, 2002.

Em fins de 1930, Brício de Abreu, escreveu para o jornal *Diário de notícias*, texto intitulado *“Luiz de Souza Dantas: A embaixada do Brasil em Paris-Impressões”*

> (...) é a alma do Brasil em toda a Europa. Aquela alma boa, cheia de meiguice e bondade, cheia de perdão e de incentivo para os que querem vencer, cheia de boa vontade e de justiça, com a volúpia da gratidão, que caracteriza o brasileiro puro, que não perdeu, nem perdera nunca sua “vera” nacionalidade...Para os brasileiros que vivem em Paris (de mais de um ouvi isso) Souza Dantas não é um embaixador, cheio de seu cargo, importante, burocrata, é um irmão zeloso, cheio de cuidados e interesses. Vi-o

> preocupadíssimo, várias vezes, com a sorte de pobres-diabos, aparecidos em Paris à aventura ou com um fato policial, sem importância, resultado de alguma desavença alcoólica brasileira em algum Cabaret de Paris. Seja qual for o caso, desde o mais simples até o mais complicado, surgido a um brasileiro na Franca, é dificílimo que, com maior interesse, ele não o resolva, chegando muitas vezes a atitudes enérgicas. Não há um único brasileiro em Paris que não o tenha na mais alta estima (...). (*Diário de Notícias*, 1930. A.H.I., 34.270. "Maço pessoal".)

Em 30 de setembro de 1933 Souza Dantas se casaria com Elise Meyer Stern, cidadã norte americana e herdeira da fortuna do falecido ex-marido. Apesar da suposição de que a família de Elise fosse de origem judaica, o casamento ocorreu de acordo com o rito católico, fato ignorado por diversas publicações que se referiam à Elise como "senhora judia norte americana". (KOIFMAN, 2002). O casamento dos dois teria desagradado muito seus colegas diplomatas e amigos, principalmente os brasileiros que em diversas vezes expressaram sua impressão de que o casamento foi realizado por interesse e *conveniência*, já que dessa forma, segundo eles, Souza Dantas se beneficiaria da fortuna da esposa e ela, por sua vez, contaria com a suposta isenção de impostos junto ao fisco francês devido a imunidade fiscal do cargo diplomático exercido pelo embaixador. O que muitos autores ignoraram é que o casamento foi celebrado com separação total de bens. Dantas não herdou bem algum da falecida embaixatriz.

O embaixador esteve praticamente a vida toda na Europa, onde morou modestamente na própria embaixada brasileira de 1923 até seu casamento, e o inventario aberto em virtude de sua morte em 1954, indicava poucos bens pessoais. (KOIFMAN, 2002).

3.2 Posicionamentos e o relacionamento com Vargas

Diante das mudanças políticas ocorridas com a Revolução de 30, Souza Dantas passou a ter uma certa insegurança com a mudança de governo que acontecia em solo brasileiro, o que poderia afetar diretamente sua posição dentro da embaixada em Paris. No entanto, segundo depoimento de Maria Leticia Sales Reding de Campos para o historiador Fabio Koifman (2002, p.57), Souza Dantas, como relatado inúmeras vezes, não deixou de tratar com cordialidade todo e qualquer brasileiro que passava por Paris, mesmo quando estes eram exilados políticos do novo governo. Soube-se no Rio de Janeiro sobre sua ida à estação de trem da capital Francesa para receber o ex-presidente Washington Luís, bem como grande grupo de opositores do novo regime, tendo consciência das consequências que seus atos poderiam gerar no Brasil, já que o fato foi noticiado e seu nome passou a ser associados ao grupo de exilados. Como descreveu Edyla Manguabeira (KOIFMAN, 1983), Souza Dantas sempre foi fiel aos seus amigos, independente do prestigio político que estariam ou não desfrutando.

Em decorrência disto, insatisfeito com a postura adotada por Souza Dantas, Vargas ofereceu o cargo do embaixador ao político mineiro e ex-presidente Arthur Bernardes. Para contornar essa situação Souza Dantas se aproveitou da influência e amizade que detinha com grandes jornalistas da época e com isso, através da pressão dos jornais, conseguiu impedir a substituição do posto, marcando, no entanto, a primeira desavença com o novo presidente Getúlio Vargas.

Nos anos que se passaram, Souza Dantas conseguiu galgar novamente uma boa impressão junto ao presidente, como foi demonstrado quando da data em que o embaixador se aproximava dos 70 anos, idade pela qual os embaixadores poderiam ser aposentados do cargo, mas não havendo impedimento de continuidade no posto pelo presidente da República, pôde se manter no cargo, e por outras ocasiões onde Souza Dantas foi nomeado como representante do Brasil, como na cerimônia de coroação do Papa Pio XII em 10 de Fevereiro de 1939. (BRASIL, Telegrama de Getúlio Vargas, 1939. A.H.I.. 34.270. “Maço pessoal”).

A partir de 1940, a satisfação de Getúlio Vargas com a atuação de Luiz Martins de Souza Dantas passaria por uma enorme mudança, culminando com a ordem que instauraria um inquérito administrativo contra o embaixador em 11 de outubro de 1941.

3.3 Quixote nas trevas[1]

Desde o início do governo Nazista na Alemanha, passando pelas "Leis de Nuremberg" e culminando com a "Noite dos Cristais", a fuga dos judeus para países do Oeste europeu vinha se intensificando. Em Maio de 1940, os alemães avançavam sobre países que haviam se declarado neutros e que por sua vez, já concentravam um grande número de refugiados em seu território. O pânico ao avanço das tropas alemãs fez com que milhares de pessoas buscassem sair da França.

Às vésperas do início da Segunda Guerra Mundial a maioria dos refugiados judeus já não tinham mais meios (financeiros, de saúde, entre outros) de conseguir fugir e acabariam perecendo no Holocausto. Quem não fugiu no início dos anos 30, quando as leis relativas a imigração no mundo como um todo, ainda não eram tão restritivas, agora enfrentava uma dificuldade tremenda.

Devemos ter em mente que esses refugiados saiam de suas casas carregando apenas o que seus braços podiam carregar, tendo que arcar com despesa de transporte, hospedagem, alimento, e tudo isso num momento em que a fonte de renda cessava visto a impossibilidade de trabalho. Diante desse contexto, as representações diplomáticas, principalmente as de países não-europeus, passaram a ser procuradas pelos refugiados que buscavam fugir desesperadamente daquela Europa conflagrada. Aqueles que conseguiam, a maioria sob um alto custo, ainda tinham que se deslocar até uma cidade que possuísse um porto ainda ativo naquele momento, significando outra vez, mais despesas.

Com os relatos das derrotas dos exércitos francês e aliados, e as notícias dos avanços militares nazistas, a França era tomada pouco a pouco pelo caos e pânico. Na iminência da entrada dos exércitos inimigos em Paris, em 10 de Junho de 1940, o governo francês saiu da capital e quatro dias depois, as forças alemães adentraram Paris. (KOIFMAN, 2002, Apud A.H.I. 39/3/15, p.198). Em 26 de Junho do mesmo ano foi concluído armistício com a Alemanha e em 10 de Julho, já sediada em Vichy, iniciou-se o novo governo comandado pelo antigo marechal Petain. Segundo o armistício, a França seria dividia em duas partes: Paris e toda a administração do Norte do país

[1] Nome dado a Souza Dantas pelo ator e diretor de teatro Ziembinski, numa alusão ao personagem Dom Quixote de La Mancha de Miguel de Cervantes. Ziembinski foi um dos refugiados que obteve visto concedido pelo embaixador.

seria administrada e militarmente ocupada pela Alemanha; a porção Sul passou a ser considerada como “Zona Livre” sendo administrada por um governo francês e sem a presença ostensiva das tropas nazistas. Sobre esses dois “pólos”, Denise Rollemberg (2007) relembra um pensamento de Pierre Laborie que:

> (...) viu a zona cinzenta, o enorme espaço entre os dois pólos, formulando o conceito *penser-duble*, chave para entender o que não cabe nas fronteiras bem marcadas – ou se é isto ou aquilo. Muitas vezes, se é um e outro, se é duplo. Na ambivalência, que não é sinônimo de contradição – desconcertante para muitos -, estaria a França dos anos confusos.

Essa “divisão” duraria apenas dois anos, pois em 1942 a “Zona Livre” seria ocupada pelos nazistas e a França cairia em sua totalidade aos pés do Füher.

O Brasil, como vimos anteriormente, já havia instituído e distribuído em todas as embaixadas brasileiras os decretos-lei e as Circulares em relação a concessão dos vistos à estrangeiros e refugiados “indesejáveis”. Com o decreto-lei 3.010 de 20 de Agosto de 1938, a autoridade consular que emitia o visto deveria necessariamente preencher em duas vias, tanto para permanentes como temporários, a ficha consular de qualificação do estrangeiro, anexada à uma foto do mesmo. Essa ficha, além dos espaços de “nacionalidade” e “país de origem”, possuía lacuna que deveria ser preenchida pelo cônsul quanto à “origem étnica” e a “religião”, entre outros requisitos que julgavam a qualidade do pretendente. (BRASIL, Artigo 43, decreto-lei 3.010 de 20.8.1938).

Em 10 de Junho de 1940, a pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, os diplomatas de todas as representações estrangeiras deveriam deixar Paris. (A.H,I, oficio telegráfico n0 127 de Souza Dantas para o MRE). Souza Dantas então, acompanhado pelo conselheiro da embaixada, Carlos da Silveira Martins Ramos, deixava Paris, instalando-se em Vichy, no Hotel *Du Parc*, onde ficaria até janeiro de 1943.

Segundo Koifman (2002), os primeiros registro de vistos diplomáticos “irregulares” concedidos por Souza Dantas aparecem a partir de sua saída de Paris, no entanto, desde antes do eclodir da guerra, o diplomata já havia escrito uma série de cartas direcionadas à membros do governo e do MRE o seu desprezo e crítica às políticas adotadas por Hitler e seus seguidores. Considerava que o “Fuher” agia com a “truculência de costume” e apontava o “desprezo do Reich por todos os

sentimento de Humanidade". Em oficio reservado ao ministro Oswaldo Aranha de 15 de Abril de 1940, Souza Dantas chegou a escrever que não acreditava em "*neutralidade perante os crimes cometidos pela Alemanha*", onde podemos observar claramente seu posicionamento contrário tanto as políticas racistas de Hitler como à "suposta" neutralidade do governo brasileiro. A preocupação de Souza Dantas com a situação dos refugiados não foi iniciada com o domínio nazista sobre a França, mas sim com o desespero e a necessidade daquelas milhares de pessoas que tentavam fugir do país, concebendo quantos vistos pudesse à todos aqueles que de alguma forma conseguiram chegar até ele. Os vistos emitidos de próprio punho são somente uma das amostras dos esforços humanitários empregados por Souza Dantas, além de ações não registradas, como intervenções junto as autoridades locais e diplomáticas com o objetivos de facilitarem a concessão de visto aos refugiados. Segundo o historiador Jeffrey Lesser (1995), parece que durante toda a década de 30, o embaixador investiu grandes esforços, chegando a enviar recomendações aos consulados para que visassem passaportes. É importante ressaltar que em uma situação normal não cabe ao embaixador emitir vistos, ação essa que compete ao cônsul ou ao responsável pelo expediente. O embaixador chegou a escrever cartas de recomendação de próprio punho na tentativa de fazer com que o refugiado fosse aceito, caso ocorrido com Jakub Stieglitz e o casal Fischer, como registrado em "Quixote nas Trevas" de Fábio Koifman (2002).

A postura de Souza Dantas sempre foi a de atender as solicitações daqueles que se viam alvos da política nazista, independente da nacionalidade, "origem étnica", religião ou poder financeiro, ajudando desde banqueiros, até artistas, professores e gente comum.

Em diversos depoimentos de sobreviventes que tiveram seus passaportes visados por Souza Dantas, todos frisam o fato do embaixador não ter cobrado quantia alguma pela concessão do visto. Em um mundo tomando pelos sentimentos racistas e antissemitas que se encontrava, mesmo as pessoas que de fato cobraram alguma quantia para ajudar um judeu, de alguma forma já criavam uma abertura para que os mesmo tivessem a possibilidade de serem salvos; mas encontrar alguém, na posição em que Souza Dantas se encontrava, correndo os risco que corria, e ter ajudado a quantidade de pessoas que ajudou sem nunca ter cobrado valor algum por isso, pelo menos no que consta nos depoimentos e documentos, é algo admirável e do mais puro altruísmo; altruísmo esse difícil de ser encontrado até nos tempos mais seguros e tranquilos que consideramos viver hoje.

Nos únicos três casos encontrados onde foi solicitada alguma quantia, essa foi realizada por algum intermediário no processo, nunca havendo ligação com a pessoa de Souza Dantas.

Como descrito no depoimento de Jorge Bemski, filho do polonês Michal Bemski:

> (...) [e] os cônsules das republicas latino-americanas estavam pedindo por dinheiro para conceder um visto. (...) A única alma decente entre todos os diplomatas era o embaixador brasileiro, Souza Dantas, que estava concedendo vistos diplomáticos a torto e a direita, estritamente devido à bondade de seu coração. (...) (KOIFMAN, 2002, p.205)

Em outro depoimento, encontrado nos arquivos e biblioteca da Funarte, Zbigniew Mariam Ziembinski, famoso teatrólogo oriundo da Polônia e um dos refugiados salvos por Souza Dantas, relata que:

> (...) durante esse tempo todo que estava na França, todo mundo e eu queria ir para algum lugar. O problema era sair da Europa, era sair de lá. Porque todos nós não éramos carne para os canhões, automaticamente, éramos indesejáveis, então, éramos elementos de maior ataque, de maior desconfiança, todos éramos espiões. De qualquer lado, não importa. Lado alemão, lado francês. Qualquer um. Todo mundo era indesejável. Então, todo mundo era, a qualquer momento, ameaçado de alguma coisa. Então, queria ir embora. Queria entrar em qualquer lugar que se pudesse colocar para poder ir embora. Tentava-se visto aqui, tentava-se visto ali, para a China, para a Nova Zelândia, sei lá, para qualquer lugar, Inglaterra, tudo, mas não havia possibilidade, porque ninguém dava. Então, ficavam aquelas filas intermináveis de duzentos, trezentos, quatrocentos metros na rua. Tinha gente deitada no chão, na frente das embaixadas, pedindo, esperando. "Disseram que a embaixada da Holanda vai abrir". Aquele negócio. Submetidos aos maiores escárnios, a maiores torturas, os soldados franceses pegando ratos e enfiando no colo das mulheres, no peito, para espantar, coisa horrorosa. E, no meio disso, nós ficávamos, até que, de repente, se ouve que existia um Dom Quixote que se chamava... meu Deus do céu, me escapa, agora... o famoso embaixador Dantas, Dantas (...) que disse o seguinte: "Abre as portas da embaixada que eu vou dar vistos diplomáticos". E deu. Deu vários vistos diplomáticos. Nós pegamos os vistos diplomáticos e esperamos. Era a única possibilidade, vistos que davam para o Brasil. (...)

Souza Dantas não seguiu um "padrão" uniforme em relação às suas concessões. O que foi possível observar é que o embaixador visava os passaportes sem autorização previa do MRE, ou, quando enviava o pedido, o passaporte já havia sido visado por ele. Como havia uma brecha na Circular 1.127, no tocante ao que era classificado como "visto capitalista", no qual a partir de determinada quantia depositada no Banco do Brasil o refugiado ganhava autorização de visto

regular, Souza Dantas, quando via que o imigrante poderia se enquadrar em alguma destas, o fazia, no entanto, quando as autoridades brasileiras verificavam o sobrenome “judaico”, o pedido era negado. (A.H.I, 39/1/10, 39/3/15). O embaixador mandava por telegrama todos os pedidos de autorização e em 21 de dezembro de 1940, sobre pedido de visto para um químico tcheco e sua esposa, ambos católicos e de origem húngara, o MRE respondeu:

> (...) para a concessão de vistos em passaportes estrangeiros, em geral, não se faz necessária a previa autorização deste ministério, só devendo o mesmo ser consultado quando se tratar de estrangeiros de origem étnica semítica. Nessas condições, o Sr. Michel Veres e sua esposa poderão apresentar-se ao consulado do Brasil em Marselha, a fim de obterem o visto (...) (Despacho telegráfico de 21.12.1940 para Souza Dantas. KOIFMAN, 2002, p.206).

Nosso embaixador tinha noção de quais nomes o MRE poderia autorizar, mesmo sendo surpreendido às vezes com a negativa, o que não o impedia de conceder os vistos.

Vale lembrar que para se conseguir sair da França, cruzar as fronteiras e mesmo para comprar o bilhete dos vapores que ainda saiam da Europa, era necessário ter um visto em seu passaporte. Uma garantia de que o refugiado teria sua entrada autorizada no país de destino. Ciente desses fatos, entre junho de 1940 e janeiro de 1941, Souza Dantas preencheu ilegalmente centenas de passaportes com frases curtas em francês, onde pretendia deixar claro, para qualquer um que verificasse os passaportes, que o portador, em teoria, teria entrada garantida em solo brasileiro.

Os vistos não obedeceram as regras e exigências legais instituídas pelo MRE. Todos eles foram preenchidos a próprio punho e com um carimbo da embaixada brasileira. O próprio embaixador, até onde se sabe, não possuía nenhum controle de quantos ou à quais pessoas concedeu os vistos. Em depoimento realizado em 1942 e enviado ao MRE em 1 de Maio, afirmou que “(...) quase todos foram concedidos somente para facilitar a saída da França de infelizes votados ao suicídio (...)” ou, como sabemos hoje, às câmaras de gás.

É difícil obter um número realmente preciso de quantas pessoas de fato receberam o visto do embaixador. Como já mencionado, não havia nenhum registro oficial, os vistos não foram numerados em ordem cronológica e devido a suspensão de autorização formal que ele recebeu do

Itamaraty em 12 de dezembro de 1940, é possível que muitos vistos, que na realidade foram concebidos depois dessa data, tenham sido datados propositalmente a datas anteriores.

Levando em conta os números oficias dos estrangeiros que receberam os vistos concedidos por Souza Dantas e que entraram no Brasil, chega-se a casa do quatrocentos, mas, mais uma vez, devemos ter em mente que muitos dos agraciados com a bondade do embaixador se utilizaram do visto para poder sair da França, podendo ter buscado variados destinos, o que impossibilita qualquer registro brasileiro sobre eles.

Diante das sucessivas implementações racistas, que culminariam com as trágicas internações em campos de concentração, em alguns casos, Souza Dantas conseguiu interferir no planos cruéis nazistas. Como mostra o relato concedido à Fabio Koifman:

> Goldi Rothsein relatou que estava internada no Campo de concentração Camps de Milles, na França, a vinte quilômetros de Marselha, onde também estavam internados os irmão Still, que eram judeus alemães, e que seriam irmãos de uma costureira conhecida de Souza Dantas. Em meados de 1942, o embaixador telefonou de Vichy ao comandante do campo, informando que havia providenciado os vistos para o Brasil, e dessa maneira os dois tiveram sua saída autorizada. Não foram encontrados nenhum registro de entrada no Brasil dos referidos irmãos, que tomaram destino ignorado, uma vez libertos. (KOIFMAN, 2002, p.351).

Lewin (2011), conta que os vistos emitidos por Souza Dantas salvaram comprovadamente 475 pessoas, porém calcula-se que o número alcance a casa de 1.000, pois muitos, por medida de segurança, não foram computados por conta de sua natureza secreta. A assinatura de Souza Dantas salvou não só aquela geração como todo o legado deixado por elas: suas famílias; sua continuidade. Luiz Martins de Souza Dantas ignorou todas as exigências e formalidades com o intuito simples de salvar vidas Humanas.

3.4 Do ativismo ao esquecimento

3.4.1 Vapor Alsina e seu desenrolar

Conforme os refugiados vinham chegando no Brasil, as autoridades portuárias passaram a avisar o MRE da quantidade de "semitas" que chegavam portando vistos diplomáticos irregulares emitidos na embaixada de Vichy, mas devido a burocracia de Estado, esses alertas chegavam ao MRE com alguns dias de atraso e acabavam se misturando à outros problemas.

O caso do Vapor Alsina teria sido o fato definitivo para que as autoridades brasileiras tivessem comprovações sobre a atuação direta de Souza Dantas a favor dos refugiados e para a instauração do inquérito administrativo contra ele. (KOIFMAN, 2002).

A viagem, prevista para durar duas semanas, acabou durando 5 desesperados meses. Partindo de Marselha em 15 de Janeiro de 1941 (caso raro, já que a grande maioria dos vapores partia de portos ibéricos ainda ativos naquele momento), sendo interrompido pelo bloqueio britânico em 27 do mesmo mês em Dakar, onde os passageiros viveriam dias de angustia, sem muitas informações de quando e se partiriam dali. Finalmente, em 3 de Junho o navio partiria rumo a Casablanca onde os passageiros seriam divididos em dois grupos: Os que podiam se bancar ficariam em Casablanca e os que não, seriam encaminhados para campos de prisioneiros da "Legião estrangeira" no meio do deserto, inclusive crianças e idosos. (A.H.I, telegrama 143 de 17.7.1941). O vapor Alsina nunca completaria sua viagem rumo a América do Sul. Os passageiros que assim fizeram, conseguiram por outros meios, cada um por si, encontrando algum jeito de chegar ao Brasil.

Em 20 de Janeiro de 1941, à pedido de um inspetor de imigração junto ao MRE, já havia sido enviado o seguinte comunicado:

> (...) Senhor chefe, tenho a levar ao conhecimento de V.S uma irregularidade que se vem repetindo com frequência na expedição de vistos consulares pela nossa missão diplomática em Vichy, e cuja continuidade é preciso coibir. Com efeito, a referida

> embaixada está concedendo vistos com dizeres em francês, o que consiste numa autentica alienação da preponderância que deve ter a nossa língua nos nosso serviços consulares, quando mais não seja, ao menos nos dizeres dos vistos que se destinam a autoridades brasileiras. Quero crer que, se persistir essa situação, será o Brasil o único pais do mundo a expedir os seus próprios vistos consulares numa língua estrangeira, com a agravante de não serem os mesmos acompanhados da respectiva tradução na língua do país a que se destinam, o que de qualquer forma relevaria a irregularidade. (...) (A.H.I, 108/2/02. Anexo do oficio do Departamento Nacional de Imigração para o chefe da Divisão de Passaportes do MRE, em 20.1.1941).

Da mesma forma, seguidos ofícios comunicando essas irregularidades iam chegando ao MRE, que passou a ir arquivando esses ofícios um a um.

Getúlio Vargas, ainda insatisfeito com as medidas relacionadas aos imigrantes judeus, incumbiu o MJNI (Ministério da Justiça e Negócios Interiores) em Abril de 41, de todas as responsabilidades sobre a questão imigratória. O MRE e o Itamaraty, perderiam assim a primazia nesse assuntos.

Interessante notar que diferentes matérias em jornais como o *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* passaram a publicar matérias onde "expunham o absurdo" das entradas ilegais de "indesejáveis" em terras brasileiras como podemos observar abaixo:

> (...) O Brasil toma medidas que deveriam ter sido tomadas há muito tempo, antes das levas de estrangeiros que para aqui vieram para obstruir os grandes centros, aumentando o já bastante elevado número de intermediários de negócios(...) (JORNAL DO BRASIL, 17.4.1941. "Entrada de estrangeiros")
>
> (...) o governo, com o mais louvável dois intuitos, esta cercando de certas exigências a entrada de estrangeiros no país...mas, mesmo assim, fraudes continuam ocorrendo (..) (JORNAL DO BRASIL, 8.4.1941)
>
> (...) as autoridades exigem uma certa classe de imigrantes pouco desejáveis que só entrem no país depois de haverem feito determinada transferência de valores (...) grupos de imigrantes concentram-se, no entanto, no estrangeiro para burlar o rigor da exigência (..) os imigrantes indesejáveis, à custa de uma entrada fictícia de capitais precisamente que não se expandem (...) (CORREIO DA MANHÃ, 28.1.1941)

As acusações dos jornais eram no mínimo tendenciosas, já que o que não faltaram nesse período foram restrições cada vez mais fortes contra a entrada de imigrantes no país.

Em 9 de Maio de 1941 Vargas assinava o decreto de aposentadoria do embaixador Souza Dantas, que deveria manter-se no cargo até a chegada de um substituto. (A.H.I, despacho telegráfico 56 enviado a Vichy em 14.5.1941).

Nessa mesma época, as reclamações sobre a chegada de semitas com visto diplomático concedido pela embaixada de Vichy, continuavam e o controle da polícia marítima aumentava. Se antes era a documentação que ficava retida nos portos até eventual regularização, agora, muitas vezes, eram os passageiros que ficavam presos e muitos nem chegavam a desembarcar, indo tentar a sorte em outros portos.

Enquanto isso, os antigos passageiros do vapor Alsina, os que tiveram alguma sorte, foram chegando ao Brasil, pouco a pouco e separadamente, a bordo de outros navios e cada um que chegava era notada a concessão do visto irregular proveniente de Vichy.

Em 17 de Maio foi enviado ao Brasil um telegrama de Rubens de Mello que relatava a situação dos judeus na França naquele momento, não podendo o governo brasileiro afirmar, posteriormente, que não sabia o que acontecia na Europa:

> (...) o Dr Blanke, encarregado de questões econômicas judaicas junto à autoridade militar em zona ocupada, declarou que todas as medidas contra os judeus são progressivas. Quer dizer que os judeus não poderão exercer, daqui em diante, a menor atividade. O Dr, Blanke frisou (...) que seria desejável, para o bem da colaboração franco-alemã, que a França lhe desse solução idêntica, tendo em vista, por ocasião da assinatura do contrato de paz, a expulsão dos judeus do continente europeu. Não querendo ficar atrás em violência, o governo de Vichy acaba de internar em campos de concentração da zona ocupada cerca de 5 mil judeus estrangeiros, de 18 a 45 anos. Essa medida alcançou exclusivamente os judeus poloneses, tchecos, alemães, não sendo de estranhar, porém, dado o açodamento das autoridades francesas, nesse particular, que se estenda, dentro em breve, a outra nacionalidade. (...) (A.H.I, 38/2/11, oficio enviado de Paris ao MRE em 17.5.1941)

Em Junho do mesmo ano, não satisfeito, Souza Dantas enviou novo telegrama:

> (...) A atividade política na França, que antes de um doloroso marasmo, tem-se limitado a um recrudescimento da perseguição aos inermes judeus, objetos de novo e truculento estatuto imposto pelo alemães, desencadeando ódios que poderão lembrar a questão

> Dreyfus (...) (A.H.I, 39/3/2, oficio telegráfico de 26.6.1941, de Souza Dantas para o MRE).

Souza Dantas, ao longo de 1941, não cessou em tentar ajudar os infelizes passageiros do vapor Alsina, fosse enviando pedidos as embaixadas em Casablanca, fosse em telegramas particulares à Oswaldo Aranha para que aquele intercedesse a favor dos desafortunados refugiados.

Em meados de outubro, enquanto ainda é possível ter acesso a inúmeros pedidos e telegramas enviados pelo embaixador, o mesmo não esperava que a situação no Brasil já se encaminhava para um possível indiciamento ao inquérito sobre concessões irregulares que seria imposto à ele.

3.4.2 O inquérito administrativo

O pedido de inquérito contra Souza Dantas e mais dois funcionários de embaixadas (Cádiz e Casablanca) no final de 1941 (KOIFMAN apud A.H.I, processo 2.161/42), foi sendo adiado a pedido de Oswaldo Aranha e Mauricio Nabuco, este, apesar de não ter amizade pessoal com Souza Dantas, tinha grande respeito pelo mesmo. No “Relatório Final” enviado à Getúlio Vargas em 25 de Fevereiro de 1942, a comissão de Inquérito concluía que dos três indivíduos indiciados, dois já estavam aposentados e o terceiro exonerado, portanto as únicas penalidades que poderiam ser aplicadas aos dois primeiros, o que incluía Souza Dantas, seria a cassação de sua aposentadoria, caso fosse comprovada a realização dos atos irregulares (KOIFMAN, 2002).

Nabuco, que estava à frente da investigação, fez de tudo para que o renomado embaixador Souza Dantas não tivesse sua reputação ferida, mesmo sabendo das irregularidades que ele cometeu. Durante o processo, buscou por amenizar todas as acusações e tentar, da maneira que pôde, colocar os fatos a favor de Souza Dantas, tentando disfarçar sua responsabilidade.

O Relatório concluiria que não houve falta grave por parte de Souza Dantas, pois pelos atos de que era acusado, ele já teria sido repreendido por Oswaldo Aranha e pelo MRE . Além disso, como já não se encontrava no cargo oficialmente, só estava à frente da embaixada por um pedido vindo do próprio governo brasileiro, não lhe cabiam maiores punições.

A defesa de Souza Dantas em 20 de maio de 1942 concluiria que:

> (...) Não terá, portanto, o embaixador Souza Dantas sua brilhante carreira coroada por uma condenação, em processo administrativo, que lhe mancharia uma edificante fé de oficio, em 45 anos de relevantes serviços ao Brasil. (KOIFMAN, 2002, p.332)

Quase um ano depois da instauração do inquérito, Vargas arquivaria o processo. Vale lembra que nessa época o Brasil já havia se alinhado aos Estados Unidos e estava prestes a declarar guerra ao Eixo. Nesse contexto podemos entender que a chegada de judeus em portos brasileiras já havia cessado, uma vez que estavam sendo massacrados na Europa.

Em 17 de agosto de 1942 Souza Dantas telegrafaria ao MRE, sem obter resposta:

> (...) A "Gestapo" vem procedendo, na França ocupada, à verdadeira escravização e extermínio dos judeus. Suas famílias são literalmente separadas: os maridos, de cabeça tosadas, são tangidos para trabalhar na Silesia; suas mulheres são internadas nos campos de concentração na Polônia, uns sem jamais poder saber dos outros, todos relegados a destinos ignorados; e os filhos, mesmo os de idade mais tenra, são violentamente arrancados às mães e confinados em asilos especiais, onde sucumbem os rebentos da raça maldita. (...) o brasileiro nato Mendel Reichter, atualmente em Lisboa (...) escreve-me que sua mulher Blima Reichter, por motivos racistas, foi deportada para a Polônia, nada mais sabendo de seu filho Theodoro, de 14 anos, nem de sua filha Tereza, de quatro anos. Essa família brasileira vivia em Montceau-les-Mines, departamento do Saone-Loire. Na impossibilidade de prestar-lhe auxilio que desesperadamente me pede, cumpro o dever de submeter o caso a Vossa Excelência. (...). (KOIFMAN apud A.H.I, oficio telegráfico 102 de Souza Dantas para o MRE, em 17.8.1942)

Um dos últimos relatórios enviados da embaixada de Vichy foi o nominado "Mês político", relativo à setembro de 1942 onde Souza Dantas, com a ajuda do testemunho do conselheiro da embaixada, relata minuciosamente o que se passava com os judeus na França. O relatório narra inclusive o episódio do "Vélodrôme d'Hiver", famoso após o lançamento do livro e filme homônimo, "A Chave de Sara", onde na capital Francesa, cerca de 10 mil homens, mulheres e crianças judias foram presas no estádio de corridas de ciclismo onde viveram dia de horror. Segundo Rollemberg (2007), lá, esperaram dias, até serem enviados a campos de trânsito, abertos

pelo governo de Vichy e, em seguida, juntos a outros judeus aprisionados, posteriormente, em Paris e no interior, conduzidos em 74 trens em direção a Auschwitz.

Souza Dantas, depois de todos esses anos, depois de todos os esforços empregados e, mesmo após um inquérito administrativo, não se calou diante do que acontecia. Não fechou os olhos para as atrocidades que ocorriam diante de si e não tardou em deixar bem claro, tudo o que se passava na sua, não mais querida França. Souza Dantas se viu desiludido frente aos horrores que via ao seu redor, e a indiferença dos órgãos do governo brasileiro para solucionar, ou tentar solucionar, a agonia de alguns que ainda conseguiam pedir ajuda.

3.4.3 O confinamento em Bad Godesberg e a volta ao Brasil

No dia 11 de Novembro de 1942 a Alemanha invadia a “Zona Livre” francesa e no dia seguinte, oficiais nazistas invadiam a embaixada brasileira em Vichy, exigindo documentos e entrega de arquivos (JORNAL DO BRASIL, 24.4.1954). No início de 1943, por exigência da Alemanha, o embaixador e funcionários da embaixada brasileira, bem como as de vários outros países, seriam internados na cidade Alemã de Bad Godesberg, onde permaneceriam por pouco mais de 1 ano.

Os brasileiros só foram liberados em 28 de março de 1944, após acordo de troca de prisioneiros alemães pela soltura de Souza Dantas e seus companheiros (TELEGRAMA 75, de 23.3.1944, recebido de Berlim. Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Salazar, AOS/CO/NE/C, pasta 12).

Souza Dantas, e toda a legação brasileira, teria sido recebida de forma pomposa em Portugal, onde aguardariam mais alguns dias até que os prisioneiros alemães aportassem e que eles finalmente pudessem embarcar de volta ao Brasil.

Interessante notar que a maneira receptiva e calorosa com que tanto Portugal, como o Brasil, logo depois, receberiam Souza Dantas, foi de uma esperteza política tamanha. Apesar do embaixador ter tido seu prestigio desgastado por todos os esforços empreendidos por ele em prol dos refugiados e depois, pelo processo de inquérito instalado contra ele, devido aos novos rumos e posturas adotadas pelo Brasil ao se alinharem ao lado Aliado, Souza Dantas agora era visto como um símbolo brasileiro contra as tiranias de Hitler e seus comparsas. Sua figura foi assim

tirada do marasmo para ser colocada no pedestal de “vítima de Hitler” e assim, o governo brasileiro poderia buscar um lugar ao céu novamente, apagando, ou tentando apagar, os anos em que flertou com as políticas do Reich.

Assim, no dia 13 de maio de 1944, chegava ao cais do porto no Rio de Janeiro, o embaixador Souza Dantas, sendo recebido por uma grande comitiva (A.H.I, “Maço pessoal”, 34.270). Nos dias que sucederam, Souza Dantas foi recebendo homenagens em cerimônias que mereceram algumas notas e pequenas matérias em jornais; o trabalho de diplomata era sempre enaltecido, sem nunca ser mencionado o caso dos vistos aos refugiados judeus (A Noite, 13.5.1944; O Globo, 15.4.44).

Figura 9 – Oswaldo Aranha, Souza Dantas e Getúlio Vargas

Fonte: Agência O GLOBO, 1944

Apesar de ter recebido muitas homenagens de todos aqueles que respeitavam muito a figura de Souza Dantas, a “homenagem” vinda do presidente só viria quando passados sete meses da chegada do embaixador ao Brasil. Souza Dantas seria inscrito no “Livro do Mérito”, tendo uma breve repercussão nos jornais da época, com texto padronizado, vale lembrar, pelo DIP (órgão de censura e controle da imprensa criando por Vargas), que buscou dessa forma, abafar quanto fosse possível, a figura de Souza Dantas e, por consequência, seus atos em prol dos refugiados que simbolizavam uma desobediência às ordens do presidente.

3.4.4 Anos finais: retorno à paris e o discurso na ONU

Passados alguns meses, Souza Dantas se encontrou com a mulher Elise nos Estados Unidos e seguiu viagem à Paris assim que a cidade foi libertada, assumindo, graças ao seu bom relacionamento, o posto de conselheiro especial da embaixada (KOIFMAN, 2002, apud. A.H.I. 91/5/9).

Até o fim do Estado Novo em outubro de 1945, Vargas tratou de se esforçar para que a imagem de Souza Dantas caísse no esquecimento. Sua imagem só seria trazida à tona depois, graças a influência política de antigos companheiros do Itamaraty.

Segundo constam as documentações, Souza Dantas foi assim indicado como chefe da delegação do Brasil na primeira Assembleia da recém criada Organizações das Nações Unidas. Em 14 de Janeiro de 1946, em Londres, o secretário de Estado dos Estado Unidos pronunciaria o primeiro discurso da história da Assembleia das Nações Unidas, cabendo ao brasileiro Luiz Martins de Souza Dantas, falar imediatamente em seguida. Um marco histórico na vida do embaixador.

Nos anos que se seguiram Souza Dantas foi recebendo diversas homenagens, como a ocorrida em 17 de Fevereiro de 1951 para comemorar o “jubileu diplomático” e os seus 75 anos. Trechos de jornais brasileiros e estrangeiros narrando o episódio, evidenciam o prestigio e os bons relacionamentos que Souza Dantas conseguiu conquistar ao longo dos anos.

O “Jornal do Comercio” publicou:

> (...) Com efeito, não se pode claramente definir a natureza do jubileu que nos últimos dias vem repondo em especial destaque a figura do ilustre brasileiro. Desde alguns anos deixou Souza Dantas de representar oficialmente o Brasil; no entanto e não obstante o valor dos chefes de missão que lhe sucederam na embaixada da avenue Montaigne, ele continua como embaixador honorário para todos (...). (JORNAL DO COMERCIO, 21.2.1951, S.N)

O “Diário de Notícias” de Lisboa escreveu:

> (...) esse embaixador, retirado e sem poderes nem chancelaria, recebeu em Paris a mais principesca homenagem a que eu tenho assistido. Tudo quanto a esplendida cidade conta de brilhante na política, nos negócios, na arte, na ciência, na aristocracia, desde o representante do presidente da República a madame Aurioul (...) duquesas, empresários, ministros e professores, poetas, atrizes, todos nessa noite vieram à Casa da América Latina saudar aquele homem sorridente e bom, a quem nunca ninguém conhecera mau humor ou mau ação, o homem de espirito e de coração que em três dezenas de anos soubera reunir em torno de si, da sua bonomia afável, de sua cultura cosmopolita, todas as graças da mais sedutora e da mais adulada capital do mundo (...). (DIARIO DE NOTICIAS, 3.3.1951, Lisboa. Editorial escrito por Augusto de Castro).

Pouco tempo depois da comemoração de seus 75 anos, Souza Dantas adoeceu. Passando por uma série de cirurgias e internações nos 3 anos seguintes, o embaixador viria a falecer em 16 de abril de 1954, em seu quarto num hotel de Paris, aos 78 anos.

Como consta nas documentações, o MRE recebeu milhares de telegramas e mensagens de pêsames e os jornas da época, brasileiros, portugueses e francês, divulgaram a notícia de seu falecimento e velório com bastante destaque (KOIFMAN, 2002).

Em abril do mesmo ano, Ernest Feder, intelectual que conseguiu chegar ao Brasil graças ao visto diplomático que lhe foi concedido por Souza Dantas, escreveu texto no “Jornal do Brasil”, onde afirmava que:

> (...) naquele ambiente nazi francês (...) Souberam criar os brasileiros, nesse deserto de tristeza, de depressão, e de angustias, um oásis de calma, de serenidade e de confiança no futuro. Patenteava-se naquelas horas fatais o grande coração e a infinita bondade desse embaixador, que atendendo a inúmeras solicitações de seres humanos em perigo de vida, soube harmonizar as rigorosas regras burocráticas com os mandamentos da humanidade. (...) (JORNAL DO BRASIL, 26.4.1954).

Como indicado no registro de bens deixado pelo embaixador, ele contava com poucos objetos pessoais e algum dinheiro depositado nos bancos, nada significativo (KOIFMAN, 2002, apud. A.H.I, “Maço pessoal”, 34.270).

3.5 Os justos entre as nações

Quase cinco décadas após seu falecimento, Souza Dantas receberia o título de “Justo entre as nações” pelo Museu do holocausto Yad Vashem, em Jerusalém. Nas próximas linhas tentaremos explicar a definição do título e descrever as ações e motivações que classificariam quem estraria apto a receber essas honras.

Ao relembrarmos o papel de um embaixador em particular, de certa forma lembramos também de todos aqueles que agiram diante de um cenário sombrio como aquele da Segunda Guerra mundial. Professores, enfermeiras, empregadas, fazendeiros, diplomatas, pessoas com estudos ou sem, comunistas, pessoas do clérigo, arriscaram suas vidas e para salvar judeus. “Os Justos” é um título de honra dado a não judeus que salvaram judeus durante o Holocausto a custo de um risco pessoal. Isso significa que os justos não são simplesmente pessoas que ajudaram, que simpatizavam, que estendiam uma mão amiga. Não; eles foram pessoas que estavam dispostas a pagar um preço alto por isso. E isso é o que faz a diferença. A maioria dos justos salvaram ou tentaram salvar judeus, escondendo-os em suas casas, por exemplo; uma coisa que era extremamente perigosa.

Nos arquivos do museu Yad Vashem, é possível encontrar relatos sobre Jan e Anna Puchalsky, que esconderam 5 judeus em sua casa, em um pequeno celeiro, um espaço apertado e escuro. Entre essas pessoas estava Felix Zandman, que mais tarde descreveu os atos heroicos de seus salvadores.

Segundo Zandman:

> (...) Ela (Anna Puchalsky), fez algo extraordinariamente fora do comum. Você fala sobre heroísmo, heroísmo em uma batalha. Alguém é ferido. Você vai até lá. 2 ou 3 minutos depois, você tira ele do fogo cruzado, e ganha uma medalha por isso. Grande herói, certo? Nessa ocasião, eles não só arriscaram as próprias vidas, como também as de suas crianças. E não foi por 5 minutos. Foi por 17 meses, 24 horas por dia. E eles fizeram isso. (Depoimento Feliz Zandman relatado no curso “Holocaust, an introduction”, TAU e Yad Vashem).

Isso nos mostra que a escolha por salvar judeus não era uma simples escolha. Era uma escolha com terríveis consequências e ela deveria ser feita todo dia, toda hora, e de novo e de novo escolhe-la. Então porque eles o fizeram?

Em algumas ocasiões, foram ações espontâneas. O judeu batia a porta de alguém e ele, por sua vez, decidia abri-la. Ele via uma pessoa em necessidade e decidia que aquela pessoa estava em seu universo de responsabilidade. Em outras ocasiões, era uma decisão ideológica, uma ação pensada por muito tempo, uma coisa planejada. Mas, uma coisa que assim como Souza Dantas, todos eles tem em comum, é que em algum momento, passou pelas suas mentes um “basta”. Eles não estavam mais dispostos a serem meras testemunhas. Eles decidiram tomar a atitude difícil de não ser mais um perpetrador, mas sim se tornar um salvador, o que significava se colocar em perigo e, às vezes, até compartilhar o terrível fim do perseguido povo judeu.

Aqueles atos, se descobertos, seriam severamente punidos pelos alemães. Nos territórios do oeste europeu, muitos dos não-judeus que ajudaram judeus, foram parar em campos de concentração, de onde nem todos retornavam. No leste, punições coletivas muito piores foram impostas publicamente, reivindicando vidas de famílias inteiras. Genericamente falando, ajudar judeus era extremamente perigoso, enquanto entregá-los aos alemães valia, se não um bom dinheiro, ao menos um elogio da comunidade local.

Outro caso relatado é um ocorrido na Polônia, que apesar da difícil situação criada pela ocupação, uma impressionante e única organização se estabeleceu: a Zegota, o conselho polonês de ajuda aos judeus. Apesar de ter emergido de uma iniciativa local, ela foi auxiliada pelo governo polonês exilado em Londres e tinha como integrante alguns líderes judeus muito importantes. A Zegota agiu de diferentes formas: provendo documentação falsa, escondendo centenas de crianças, dando suporte financeiro para judeus escondidos, entre outras. No entanto, grande parte de seu esforço foi concentrado em esconder esses atos, não só dos olhos alemães, mas também, e talvez, principalmente, dos civis poloneses. Na Polônia, bem como em outros lugares, judeus e pessoas que os ajudavam estavam constantemente em perigo de serem chantageadas e denunciadas. Eles estavam lutando diariamente contra as normas públicas existentes naquele momento. Em tempos de guerra na Europa, um judeu batendo a porta de um amigo não-judeu ou de um completo estranho, mudaria a vidas dos dois para sempre: ou a porta

seria aberta rapidamente ou fechada bruscamente. O que era uma questão de vida ou morte para os judeus, virou um fardo de cumplicidade que ou terminava em ação ou em passividade.

A inclusão de Souza Dantas entre os “justos”, foi pleiteada pelo homem, o qual tenho a honra de chamar de avô, o senhor Raphael Zimetbaum. Responsável pelo pedido e processo junto ao museu, para que o nome do embaixador brasileiro Luiz Martins de Souza Dantas recebesse as honras à que lhe cabia, o percurso não foi fácil e levou alguns anos até que fosse concluído. Somente em 2002, após 5 anos de avaliação e averiguação da História, e com a preciosa e decisiva colaboração do historiador Fabio Koifman, tão citado ao longo do trabalho, a homenagem à Luiz Martins de Souza Dantas, viria ocupar seu devido lugar no “Jardim dos Justos entre as nações” no museu *Yad Vashem.*

Ao dar a chance daquelas pessoas se salvarem, Souza Dantas também lutou pela preservação e proteção da memória de cada um daqueles indivíduos. Suas vozes e suas história puderam ser ouvidas pois conseguiram sobreviver, e, sobretudo, viver para transmiti-las a outras gerações. Memória aqui se traduz também como identidade e cultura e portanto abrange o campo da comunicação no seu sentido primeiro, o de contar histórias, de registrar momentos, de captar fragmentos das lembrança que guardamos em nós.

Para além das história contadas por documentos e notícias de jornais, nos propusemos também a realizar uma entrevista com o Sr. Zimetbaum, para que através do relato de alguém que passou por todos os momentos descritos ao longo do texto, tentarmos buscar uma melhor compreensão dos fatos narrados e trazer um olhar mais humano para os acontecimentos. É importante, ao meu ver, conseguir perceber que todas as Circulares e decisões em relação aos refugiados tomadas ao longo dos anos 30 e 40, influenciaram na vida de indivíduos de carne e osso e não, “mais um número”, como Hitler e seus seguidores buscaram fazer. É importante falar sobre aqueles que se posicionaram contra aquela política do ódio e, nesse caso, daquele que buscou para os brasileiros um quinhão de humanidade.

Aos que tentaram desumanizar e apagar o povo judeu da história, é necessário que nos dias de hoje, façamos um trabalho da lembrança e da recuperação da memória, para que eventos trágicos como aqueles, não voltem a se repetir. Lembrar, para jamais esquecer.

4 MEMÓRIAS DO ANTISSEMITISMO

Por que a lembrança de Souza Dantas foi sendo, se não esquecida, não mencionada durante os anos que se seguiram? Sabemos que por parte do governo isso já não era de interesse político, mas e para a comunidade judaica? O que aconteceu com as pessoas e famílias que foram salvas por Souza Dantas?

Deve-se entender que nos anos que sucederam sua chegada ao Brasil, os refugiados se deparavam com uma gama nova de problemas e desafios a serem resolvidos. Estavam em um novo país, com outra língua, outra cultura, muitos, se não a maioria deles, sem dinheiro e tendo que começar uma vida nova nessas terras tropicais.

Outra questão importante era o fato do visto, isso sim na maioria dos casos, ter sido concedido à eles de maneira "ilegal", o que, querendo ou não, fazia com que esses imigrantes evitassem tocar nesse assunto ao máximo, com medo e já traumatizados com as consequências que o fato poderia lhes trazer. Segundo Mentlik (2005), muitos deles só conseguiriam se naturalizar brasileiros depois de passados 10 anos residindo no país (BRASIL, decreto-lei 389, de 25.4.1938 Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF), rompendo assim os laços e vínculos com seus países de origem. No trabalho de Decol (2001) ele assinala inclusive, como muitos desses imigrantes tiveram um alto grau de assimilação e secularização com a sociedade brasileira, segundo os censos realizados a partir de 1940. Além disso, pelo fato de não ter havido nenhum registro ou lista oficial de todos aqueles que tiveram seus passaportes visados por Souza Dantas, até porque, como já mencionamos anteriormente, muitos deles nem mesmo se dirigiram ao Brasil, seria impossível organizar uma grandiosa homenagem em conjunto.

Outra reflexão importante é a questão da "culpa de ter sobrevivido" que alguns sobreviventes carregaram consigo. Por que justo eles foram salvos? Esse pensamento foi observado em alguns muitos depoimento que vieram à tona somente anos depois, com o Estado de Israel já criado, quando da inauguração do museu do Holocausto, "*Yad Vashem* ", em Jerusalém.

Os testemunhos dos sobreviventes sobre as pessoas que às ajudaram a fugir ou se esconder dos perigos nazistas passaram a ser registrados na mesma época em que ocorria o julgamento de Eichman e que a figura de Oscar Schindler, famoso após o premiado filme de Steven Spielberg,

“A Lista de Schindler, passou a ser mencionada por uma série de pessoas que afirmaram ter sido salvas por ele, o que serviu também como incentivo para que todos os sobreviventes daquele período revelassem suas histórias, buscando dar a merecida homenagem que seus justos heróis mereciam.

Trazendo a explicação de Lewin (2011), baseada na Lei de Recordação dos Mártires e Heróis, o parlamento israelense criou, em 1953, o Museus do Holocausto Yad Vashem, tendo como objetivo celebrar, religiosa e historicamente, a memória das vítimas do Holocausto e da Segunda Guerra Mundial, além de manifestar os agradecimentos e reconhecimento a todos aqueles não-judeus que arriscaram suas vidas para salvar judeus naquele período tenebroso da História Mundial.

4.1 Narrativa de um imigrante: entrevista Raphael Zimetbaum

Raphael Zimetbaum, 87 anos, nasceu em Antuérpia, Bélgica em 11 de Junho de 1928. Chegou ao Brasil em 1941 graças ao visto concedido a ele por Luiz Martins de Souza Dantas. Foi através da história de vida do Sr. Zimetbaum, que vem a ser meu avô, que o nome de Souza Dantas sempre esteve muito presente em minha vida. A ideia foi buscar evidências, através das memórias sobre sua vida e chegada ao Brasil, de como o antissemitismo se revelou nas suas diferentes formas e contornos ao longo daqueles anos.

Você poderia nos contar rapidamente como foi sua infância?

A minha infância foi uma infância muito feliz. Eu era, numa das alas da família, no lado da minha mãe, o mais novo e, se não mimado, muito paparicado. Vivíamos num ambiente à antiga. Do lado do meu pai menos, mas do lado da minha eram praticamente todos muito religiosos, então respeitava-se muito o calendário judaico. Isso sempre foi muito importante em minha vida. E os dias correram alegres, felizes e também com estudos na escola. Eu frequentei a escola *Tach-kamoni*, que é uma escola religiosa, mas não ultra ortodoxa, e naquele tempo era uma escola só para meninos. Então meu tempo se passava entre estudos, alguns deveres de casa e folguedos. Na

época do inverno eu praticamente brincava sozinho. Os dias eram grisalhos e frios. Saía-se muito pouco. Isso tudo na cidade de Antuérpia, uma importante cidade portuária da Bélgica. Terceiro porto marítimo mundial até uma certa época, pelo menos da Europa certamente.

Quantos anos você tinha quando a Guerra começou e como foi esse evento pra você? O que mudou na sua rotina?

Quando no dia 10 de Maio de 1940 a Alemanha desencadeou a sua ofensiva, simultaneamente contra, Holanda, Bélgica, França, de madrugada então, depósitos de hangares nas cercanias de Antuérpia, não muito longe da onde residíamos, foram alvos dos primeiro bombardeios pela *Luftwaffe*. Foram disparadas as baterias antiaéreas, e isso aconteceu por volta de 5:30 da manhã. Então meu pai entrou no quarto, acendeu as luzes e disse: "crianças, vistam-se! Começou a guerra. Começou a invasão Alemã". E eu me lembro que minha primeira reação foi "Oba! Não tenho que ir à escola". A partir daí nossas vidas mudaram radicalmente. Meu pai começou a fazer os preparativos para que saíssemos o quanto antes de Antuérpia. Ficou decidido que nós iríamos, as duas famílias, eu, meu pai, minha mãe, minha irmã Regina, mais o Ignatz, irmão mais novo do meu pai, e sua família, iríamos todos até La Pan[2] para aguardar o que aconteceria nas próximas horas.

O que passou pela sua cabeça quando vocês abandonaram toda a vida em Antuérpia, rumo a um país ou lugar desconhecido?

Os meu sentimento eram uma confusão só. A minha responsabilidade era zero e eu tinha consciência disso, então era um misto de curiosidade e de espera por fatos novos e aventuras.

Vocês em Antuérpia sofreram algum tipo de preconceito antes da guerra estourar?

Sim, sim. Se não de maneira organizada e constante, de maneira ocasional, fortuita, mas era uma coisa mais ou menos constante. Quando não era diretamente era indiretamente e de alguém que tinha falado de nós ou feito insinuações... e eu me lembro quando criança, assisti algumas cenas que me marcaram muito, quase que traumatizantes. Lembro por exemplo quando meu pai foi tentar convencer o irmão mais velho Jules, de fugir com a gente. Eu pedi pra ir com meu pai e lá assisti uma cena que ficou na minha memória até hoje. O meu pai falou "Jules, pega a sua esposa

[2] Cidade Francesa.

Regine e as crianças e venham conosco.”, ai meu tio disse “não, eu tenho isso e aquilo” e meu pai, “não importa. Onde cabem duas famílias, cabem três. Pegue a Regine a as crianças e vamos embora”, “não, eu não posso. Estou com a mercadoria de vários patrões...como eu vou fazer isso, eu tenho que prestar contas a essa gente toda. Eu antes de segunda-feira não posso ir”. Então ficou combinado que a partir de segunda-feira eles iam fazer tudo. Iam fazer tudo para vir a nosso encontro. Obviamente nunca vieram. Mas eu me lembro de uma cena, para mim inesquecível. O meu pai estava muito aflito e tentando convencê-los, nisso a Regine, do alto de sua beleza, ela era uma moça assim muito morena, uma tez de Andaluzia, bem morena e muito bonita e ela falou “mas enfim Leon, o que você acha? Do que você tem medo? Você acha que Hitler ousaria tocar num fio de cabelo dos meus filhos?”, e isso me ficou na cabeça até hoje. E o que aconteceu nos dias seguintes, obviamente, todos foram levados e nenhum deles voltou. Nem o Jules, nem a Regine, nem as crianças.

E com você? Você lembra de algum episódio especifico?

Sim. Eu várias vezes fui vítima de agressões verbais, nunca físicas, porque era um menino pequeno pra minha idade e muito franzino, então seria muito covarde alguém partir e me agredir fisicamente. Mas eu já fui alvo de brincadeiras jocosas, de insultos. Mas um episódio me marcou terrivelmente foi num domingo, início da tarde, meu pai me levou até o centro e combinou comigo que ele me daria um dinheiro pra eu ir ao *Cineac*, aonde estava levando uns desenhos animados e uns documentários, e que ele daria um pulo até um café onde estava sendo disputado um campeonato de bilhar francês, e que na saída, ele já olhou os horários, ele estaria lá me esperando. Eu fiquei na fila, eu era o 10º, 12º da fila, e meu pai já tinha se afastado, quando vieram dois jovens, altos loiros, fortes, e chegaram lá rindo. Possivelmente sobre efeito de uma cervejinha ou duas a mais, e gritaram “todos os judeus, fora da fila. Lá pra trás”. E como um só homem, todos os judeus, e eram vários a minha frente, se entreolharam e foram se postar lá atrás. Isso me machucou tremendamente e eu, pequeno, obviamente fiquei paralisado de medo onde eu estava. Comigo não mexeram porque imagina dois caras altos mexerem com um garotinho. Eu entrei no cinema totalmente transtornado, mas aí lá, vendo os desenhos animados e os documentariozinhos, eu acabei esquecendo, ri, me diverti. Quando saí e vi meu pai, assim que vi meu pai, eu caí num pranto assim incontrolável e meu pai perguntando “Que foi? Que foi”, e aí entre soluços consegui contar a história e meu pai “Olha, não pense mais nisso, não aconteceu

nada de fato. É grave, mas não aconteceu nada. Mais adiante você há de entender". E o fato é que entender eu entendi, mas aceitar, não aceitei, como não consigo aceitar até hoje. Isso já mostrava o clima que já havia se instalado né?! A chave aí é exatamente isso. O hábito de estar acostumado, o "não vale a pena". Se você reclamar vai dar numa briga, eles são muito mais fortes, a opinião pública não vai tomar o nosso partido, então pra que? "Não vale a pena". "Vamos ficar lá atrás, não aconteceu nada". Sinal dos tempos.

Como você descreveria o antissemitismo que viu e viveu na Europa?

É um pouco difícil para um menino de 6, 8, 10 anos. Obviamente as minhas lembranças são ou de episódios vividos, pouco, felizmente, ou de conversas, aí sim inúmeras, relatos, mas a natureza mesmo da infância, eu voltava de imediato as coisas que me interessavam: jogos, divertimentos, coisas engraçadas em sala de aula...tudo isso era mais forte, mas obviamente durante minha vida toda, minha infância toda foi impregnada com aquela sensação de que eu fazia parte de uma camada da sociedade que era tolerada e apenas isso. Não mais do que isso. Direitos assegurado pelas leis, mas não pelo sentimento da população local. Sentíamos isso de olhares, de interpretar olhares, de ficar feliz quando alguém aparentemente sorria com uma indulgência autêntica e obviamente irritado e assustado ao mesmo tempo por olhares visíveis de reprovação, se não de ódio. O fato é que é muito difícil. A pessoa é levada e participar dos acontecimentos e onde você não pode reagir, no meu caso porque era apenas uma criança, de maneira enérgica, seja por atitudes, por atos, é muito difícil avaliar o quanto eu aceitava ou não. O fato é que eu como membro de uma das comunidades judaicas daquela época, nós levávamos uma vida de...compromisso. Certas regras eram aceitadas como inevitáveis e é o que nos deixava viver e ir em frente. Eu acho que isso daqui é o resumo do sentimento e da maneira de pensar e de agir da esmagadora maioria dos judeus que viveram por séculos e séculos no exílio. Sabendo que você participa, mas de uma maneira diferente dos demais e que, no fundo, no fundo, você é apenas tolerado e não mais que isso. Hoje em dia, com o Estado de Israel criado, e você sabendo que a maior parte de seu povo age, atua, reage, enfrenta de peito estufado toda e qualquer fato ou mesmo ameaça, obviamente dá uma outra postura, uma outra análise da situação e todo um pensamento diferente do pensamento geral, reinante antes da criação do Estado. Isso é inegável. Quem quiser diminuir isso ou abordar isso de outra maneira não está sendo coerente com a verdade da situação. O povo judeu era um povo até a implantação do Estado de Israel, e é um

outro povo, completamente diferente depois da criação do Estado e, principalmente, depois da afirmação do Estado como um realidade política, social, participativa do cenário mundial, atuante, com feitos inacreditáveis para uma nação de 68 anos de existência. Olhando pra trás o que era um protetorado britânico, Israel é um exemplo que sem falta empáfia, é praticamente um caso único na história dos povos que habitam essa terra. Os judeus que me antecederam e a minha geração que viveu na Europa, tiveram uma grande sabedoria em viver, interagir e se entender, inúmeras vezes muito bem com não-judeus dos lugares onde eles viveram. As perseguições foram sempre explosões de avidez, de necessidade, de encher as urras do Estado, do condado, onde os judeus eram presas fáceis já que eles eram muito bons no comercio. Os contatos que os judeus tinham com outros judeus, de outros lugares, obviamente facilitavam para que eles fossem excelentes comerciantes. E também pelo fato de serem todos proibidos, em qualquer país que vivessem, de serem donos de terras ou de propriedades, e de saber que sempre viviam de maneira provisória, tiveram que buscar, por uma necessidade de se defender, uma acumulação de riquezas imediatas como dinheiro local, ou ouro, coisas preciosas que pudessem ser levadas...ou seja, o judeu estava sempre, uns mais outros menos, preparados para arrumar rapidamente suas malas e sair correndo para outro lugar. Os judeus sempre sabendo que não teriam nunca uma garantia de um lugar pra ficar, vivendo sempre sob essa ótica do “aviso prévio”, e isso passado de geração em geração, criou primeiro uma espécie de resignação entre os judeus e, segundo, em ficar em estado de alerta.

Seguindo a viagem, quais foram os próximos destinos a serem percorridos?

Então, nós estávamos em La Pan. Nós chegamos lá domingo e lá permanecemos por 4 dias. Meu pai, após ouvir terríveis notícias pela rádio, decidiu que era a hora de partimos, que aquela guerra estava perdida. Meu pai queria sair daquela zona de conflito. Ele queria ir descendo pela França pois acreditava que talvez, em algum momento, a França conseguiria deter o avanços das tropas, o que não aconteceu. Em Antuérpia já havíamos deixado tudo o que possuíamos em objetos, em La Pan acabamos deixando mais algumas coisas. Meu pai por exemplo saiu carregando duas mala pesadas. Numa estava todas as pratarias melhores que tínhamos lá em casa e que em determinado momento, depois de muitas horas de caminhada meu pai disse “Eu não aguento mais” e jogou a mala numa vala ao longo da estrada. Depois de passarmos por algumas outras cidades e por eventos quase que emblemáticos dos filmes de guerra, como o bombardeio da

cidade de Dunquerque, acabamos nos dirigindo à cidade balneária de Royan e lá nós fomos alcançados pelos alemães. Eu devo dizer que nos primeiros dias de ocupação, tudo teve um caráter muito amistoso. Os soldados alemães estavam alegres. A maioria deles achava que a guerra estava ganha. Que a Inglaterra iria provavelmente pedir rendição. Inclusive não estavam muito disciplinados. Muitos andavam com os botões da camisa abertos. A essa altura já começava a fazer calor porque já estávamos em Junho. Lá também assisti uma cena que me deixou assustado. Eu estava no porto com um outro menino judeu chamado Schiff e ele tinha feições que eram consideradas "bem judaicas". Nisso um sargento alemão se aproximou, olhou pra mim, olhou pra ele e falou "Você é judeu?". Coitado...o menino ficou roxo, olhou pra baixo, olhou pra ele, se encheu de coragem, gritou "Ja" e saiu correndo. Eu fiquei com tanto medo que fiquei imóvel. Ele que era um sargento, grandão, vermelhão, caiu na gargalhada. Ria, ria...depois ele olhou pra mim e disse "Você não deve ficar andando com meninos judeus!" e eu, covarde, fiquei ali sentando, "*oui, oui*". Que que eu ia fazer? Imagina se eu tinha coragem de falar "eu também sou um judeu". Passando o tempo, aí então chegaram as tropas SS. Ai o clima mudou totalmente. Eles já andavam todos com o uniforme bem fechado, tudo muito bem abotoado, tudo em ordem. Nada mais de brincadeiras, de "mexer". E também mudou por causa do famoso discurso de Churchill do "lutaremos em cada praia, em cada rua, em cada casa". Então ficou claro que a Inglaterra não se renderia. E lá pelas tantas então resolvemos que ficar lá com os alemães seria um desastre completo. Começamos a ouvir histórias terríveis também de gente que pagava para ser atravessada em balsas e barcos até a Inglaterra e que no meio da viagem, os donos dos barcos jogavam os passageiros ao mar e voltavam para repetir o golpe. Então nós, assim como alguns outros, achamos que o melhor a fazer seria atravessar para a chamada "Zona Livre", que era a França de Vichy. Então eu e meu tio, assim como alguns outros casais, fomos até a Kommandatur buscar as autorizações nos passaportes para atravessarmos para a Zona Livre. Lá fomos recebidos por um tenente alemão...eu me lembro da cara de desprezo daquele oficial vendo aqueles passaportes poloneses[3]. Com uma cara de enfado ele olhou, pegou o passaporte do meu tio e falou, onde estava escrito Izaac (Ignatz), Falou: "Izaack? Que nome é esse, Izaac?". Quer dizer, com desprezo né? Fazendo pouco caso. E lembro que ele disse "Podem ir, podem ir. A gente alcança vocês depois". Bom, de qualquer forma eles deram o "Laissez passer", o

[3] A família de Raphael era toda da Polônia. Apesar de terem se mudado para a Bélgica, eles não se naturalizaram.

carimbo de deixar passar e nós fomos então até Marseille, onde ficamos por 9 meses. Meu pai nessa altura já tinha em mãos uns vistos para o Congo Belga. Imagina. Ele também já havia separado um dinheiro para tentar conseguir um visto mexicano. E foi quando alguém chegou falando que "parece que tem um santo homem que dá vistos para o Brasil. Vale a pena ir", e obviamente perguntaram "e precisa pagar alguma coisa?" e ela "não, não. Se ele der, ela dá gratuitamente".

Esse homem era o embaixador Souza Dantas? Como foi o encontro com ele?

Era sim. Meu tio Ignatz e meu pai pegaram um trem, foram até Vichy e lá chegando eles encontraram o embaixador do Brasil instalado, de maneira mais do que provisória, em dois quartos de hotel. Ele os recebeu, ouviu, mostrou-lhes o cabograma que ele havia recebido, se não me engano, em Novembro de 1940. Nós já estávamos em final de Março de 1941. E mostrou e traduziu explicando que eles estavam proibidos de ajudar de qualquer modo, judeus e descendentes de, de chegarem até o Brasil. Diante do desapontamento do meu pai e tio, ele falou "mas deixe-me ver e pensar no assunto. Fiquem num hotelzinho bem pertinho daqui, modesto, mas limpo e voltem amanhã que pensarei em vosso caso". Eles então vieram no dia seguinte de manhã. Ele já tinha feito as anotações e estendeu os dois vistos para as duas famílias.

Como foi para vocês se deparar com um ato de compaixão como aquele, vindo de um não judeu e alguém completamente desconhecido?

Eu acho que meu pai, meu tio e outras tantas pessoas que foram salvas pelo Souza Dantas, eu acho que, pela vida como ela é, não tiveram a reação básica, humana, que eu até hoje acho que nenhum deles teve que é uma gratidão que deve ser manifestada. Eu não me lembro de ninguém, com exceção do famoso diretor de teatro, Ziembinski, louvando a figura do Souza Dantas, teria dito "O Souza Dantas foi um quixote nas trevas". Essa frase é dele e depois serviu de título do riquíssimo livro do Fabio Koifman. Mas tirando essa manifestação, a reação, e infelizmente isso inclui meus pais, cometeu-se uma grave ingratidão com a figura de Souza Dantas. Eu não me considero com isso uma alma melhor ou mais nobre que qualquer um. Mas aquilo a mim me incomodou muito. A mim, que nunca conheci Souza Dantas, que sempre ouvi por tabela, a mim me incomodava muito que tão pouco, ou eu diria nada, tivesse sido feito pra pelo menos lembrar a figura e a alma desse homem tão bondoso. Todos aqueles que arriscaram suas vidas e a vida de

seus familiares para ajudar os judeus, e foram muitos, obviamente quase nada se comparado a massa que de maneira bovina apoiou o regime nazista, o partido comunista na União Soviética, eu acho que o Ser Humano é extremamente imediatista. Extremamente limitado e restrito às suas ambições pessoais. E elas são extremamente temporais. O Ser Humano, nós, infelizmente, a nossa capacidade de abraçar o outro, esse sentimento é extremamente limitado pro Ser Humano. Não adianta começar a analisar. É assim mesmo.

Vocês enfrentaram alguma dificuldade para desembarcar no Brasil?

Então, nós conseguimos atravessar as fronteiras da França e chegar em Lisboa, onde ficamos por algumas semanas até finalmente embarcarmos para o Brasil. Assim que chegamos ao porto do Rio de Janeiro, a polícia marítima entrou e obviamente confiscou os passaportes com os vistos. Foi permitido o desembarque das senhoras e das crianças, mas meu pai e o meu tio foram detidos para prestarem explicações. Foi oportuna a intervenção de um sócio do primo deles, o Sr. Leon Monte, que anos antes tinha tido bons contatos na polícia, que apesar de terem retido os passaportes ou destacado os vistos, eu não me lembro bem, acabaram por liberá-los.

Como vocês conseguiram regulamentar sua situação perante o governo brasileiro?

Meu pai e meu tio conseguiram, através do inevitável despachante, ir até o Registro dos imigrantes onde conseguiram o visto temporário pra permanecer no Brasil e depois eles logo iniciaram o oficio que lhes era familiar no ramo de diamantes.

Você lembra de como se sentiu durante todo esse processo de fuga? Desde a saída de casa até se adaptar no Brasil? Tinha consciência do que poderia acontecer caso não conseguissem fugir da Europa?

Eu acredito que eu, assim como a maioria dos seres humanos, principalmente crianças, eu fui vivendo o dia a dia, sem ressentimentos pelo passado, com poucas saudades do passado, me integrando ao presente e sem também pensar muito no futuro. Eu fui vivendo o dia a dia do Brasil. Pouco se falava do que aconteceu na Europa e outras preocupações vinham surgindo.

Você lembra se você, ou alguém da sua família, sofreu algum tipo de preconceito por ser judeu no Brasil?

Eu me lembro a minha primeira incursão ao Lido onde fomos morar, eu fui abordado por um bando de meninos que “davam as cartas” por ali e em pouco tempo eu fui jogado vestido dentro da lagoazinha da praça...eu acho que ainda fui jogando uma segunda vez e depois disso eu já fui considerado “local” e não mais me importunaram. Não me lembro nessa ocasião de ter sofrido ou ter sido chamado de qualquer coisa. Acredito que o acontecido tenha ocorrido pela ideia de ser um “intruso”, alguém de fora e obviamente pelo fato de eu não falar ainda um português perfeito. No Franco-brasileiro, onde fui estudar, no entanto, eu me lembro...era lei, era o Estado Novo, eu tinha que fazer o curso oficial e prestar o exame de admissão. Eu levava uma vantagem porque enquanto a maioria da turma tinha 11, 12 anos, eu já tinha 13, mas ao mesmo tempo, eu era de fora e eu estava começando e aprendendo a falar direito o português, o que não me impediu de passar, e muito bem, no exame de admissão. Na escola havia o diretor Renato de Almeida, um homem muito bom, conhecia muito o folclore brasileiro e a música brasileira...era um homem muito especial. Em compensação, o diretor do Liceu Francês, que trabalhava no mesmo local, o Monsieur Le Forestier, era francamente um Petainista e de vez em quando, botava suas manguinhas de fora e já demostrava sua posição e pensamento através do aval que ele dava a possíveis assobios, aplausos, não-aplausos, apelidos, aprovação e alguns pequenos atritos que eventualmente aconteciam. Um acidente um pouco mais desagradável aconteceu com um amigo meu e eu. Nós uma vez nos atrasamos para sair da sala para ir ao recreio quando o inspetor, chamado Moacir, entrou e disse “poxa, queimaram tantos judeus na Europa, não podiam ter queimado vocês dois também?”. Eu não sei até onde ele foi movido pelo ódio ou pela estupidez. O fato é que, obviamente nós ficamos muito zangados, e fomos dar queixa ao Diretor que imediatamente chamou o Moacir. Ele não foi expulso, mas mudou completamente de atitude e nunca mais se falou no assunto. Fora disso...teve lá uma vez que brigamos com um pequeno grupo que também havia nos chamado de “seus gringos”, “seus isso” e aquilo...não me lembro se a palavra “judeu” surgiu, mas fora isso, não. Não havia. Eu não me lembro.

E em relação ao antissemitismo em geral, havia no Brasil? Você se lembra de ter se deparado com algum folheto, matéria ou boato que incitasse o antissemitismo?

Sim. No Brasil o antissemitismo sempre circulou de maneira “aberta” e anunciada em alguns círculos da burguesia brasileira, que eu nunca cheguei a frequentar. Eu me lembro uma vez de um grupo, comandando pelo chamado comandante Edu, da Panair do Brasil, final dos anos 40,

uma vez em torno de uma mesa na piscina do Copacabana Palace, as gargalhadas e gritos, faziam uma listagem dos nomes dos solteiros mais cobiçados da auto proclamada alta sociedade brasileira, então um dos rapazes falou assim “E o Israel Klabin?”, ai um outro grupo gritou “Não, judeu não vale”, ou seja, havia, como sei que existe em muitas pessoas até hoje, um sentimento profundo, arraigado de antissemitismo, de desdém, se não de ódio, de não gostar do judeus. Eu acho que o Ser Humano precisa de pessoas que ele possa admirar e precisa de pessoas que ele possa desprezar e odiar. Eu acho que faz parte de um leque para dar colorido à vida das pessoas. O judeu, por sua natureza, eu não diria exclusiva, mas diferente, pela sua religião ter sido a primeira e portanto guia das religiões monoteístas que seguiram, nunca deixou de ser um alvo de todos os contrariados, desiludidos, não conformados, complexados, de ter alguém para odiar.

Hoje, olhando pra trás, o que passa pela sua cabeça? Sente revolta, raiva, tristeza com tudo o que aconteceu e de como o rumo da sua vida mudou tanto?

Isso é obviamente um pensamento muito vago né? Ele não tem beiradas nem definições. Eu sempre pensava, mas mesmo assim pensava pouco, do que tinha acontecido com a minha família, do que era a minha família em Antuérpia, mas eu logo mergulhava no presente

O que aconteceu com a casa de vocês? Você chegou a voltar lá depois da guerra?

Em Antuérpia nós morávamos no segundo andar, no número 28 da *Steenbokstraat*, e quando eu voltei no início de 1949, lembro da *Concierge* olhando pra mim e me reconhecendo espantada. Ela então falou que logo após a ocupação de Antuérpia pelos alemães, a *Luftwaffe* veio e começaram a ocupar paulatinamente, apartamento por apartamento, até ocuparem o prédio todo, que passou a servir como centro de convalescência ao pessoal da aeronáutica alemã que estava ferida de guerra ou com problema de saúde, e quando eles foram embora, levaram tudo, só deixaram as paredes. Eu ainda perguntei se teria como eu visitar o apartamento, mas ela disse que não via como pois já havia alguém morando lá, mas seu eu quisesse subir e perguntar... mas como ela já havia dito que levaram tudo, eu nem quis subir, incomodar as pessoas...podiam me responder mal, eu acabei desistindo.

Você se lembra quando ouviu falar pela primeira vez sobre os Campos de Concentração/ Extermínio e o que passou pela sua cabeça? Você conseguiu compreender na época, a magnitude do Holocausto?

Olha, levou muito tempo. O problema do Holocausto em toda a sua extensão, horror e dimensão, só se tornou assim flagrante e extremamente dolorosa e assunto de preocupação e de raiva, quando começou o processo Eichmann, ou seja, levou mais de 16 anos! Nós soubemos por cartas, por correspondências, o que havia acontecido com uma tia minha, outro aqui outro ali, e falava-se muito em "e não voltaram do campo", "não voltaram". Os sobreviventes, a maioria por pudor, outros por medo de serem confrontados com perguntas dolorosas, embaraçosas ou ofensivas como "o que você fez para sobreviver?'. Bom...aos pouquinhos foi se tomando consciência, embora eu já sabia, porque em 1949, quando voltei à Antuérpia, eu cheguei a acompanhar a minha prima Sabin que era jornalista, ao julgamento do comandante Schmidt, comandante do campo de concentração de Breendonk. Esse cara era um animal, um monstro, e contra ele tinham provas tão avassaladoras, com tantos testemunhos assustadores, que ele em pouco tempo foi condenado e enforcado. Malgrado isso, toda essa noção de aniquilação do povo judeu só veio realmente com o processo de Eichmann.

Você e sua família discutiam as políticas imigratórias do período Vargas no tocante aos judeus? Qual era a opinião de vocês na época?

Sabia-se do que ocorria, mas não falava-se no assunto. Não esquece uma coisa, a partir de 1945, com a queda de Vargas, com o chamamento a realizar eleições e com a vitória do Eurico Gaspar Dutra como presidente, o Brasil passou por um período muito bom né. Depois veio o segundo período constitucional do Vargas onde as portas do Brasil não ficaram mais abertas. Então veio o Juscelino Kubitschek, ele sim abriu as portas do Brasil pra milhares de judeus do Egito, Síria, Líbano e vieram muitos.

Como o Souza Dantas voltou a fazer parte da sua vida?

Eu não me lembro exatamente o como, mas a referência ao nome do Souza Dantas, por tudo o que eu tinha ouvido falar pelo meu pai, por referência de outras pessoas, começou a entrar em mim uma espécie de frustração e um remorso de que eles, por um motivo qualquer, não haviam

feito o suficiente para enaltecer e se aprofundar sobre o papel que Souza Dantas tinha desempenhado na vida de todos nós e de tantas pessoas...e faltava alguma coisa a mais pra tentar pelo menos, dar alguma coisa a lembrança, a memória do Souza Dantas. E foi quando, numa das viagens que eu fazia regularmente à Eretz (Israel), numa das visitas que eu fiz ao Yad Vashem, eu pedi pra falar com alguém sobre o Souza Dantas. Isso no início dos anos 80. Daí me mostraram o Jardim dos Justos entre as Nações, das árvores que eram plantadas em honra a pessoas que salvaram judeus, e das muretas com os nomes do país e eu me lembro que na mureta com o nome do Brasil, só havia um nome, o da mulher do Guimarães Rosa que havia sido responsável, acho que pela emissão dos vistos, no consulado de Hamburgo. Ela tinha concedido inúmeros vistos a judeus alemães para virem ao Brasil, sempre em troca de pagamento. Não há nada de perverso nisso. Ela achou que além dos emolumentos de praxe que eram cobrados pelo governo brasileiro, não havia mal nenhum ela pedir por fora disso, mil, dois mil, três mil dólares. O fato dela ter conseguido salvar judeus é uma coisa esplendida. Isso obviamente impediu ou limitou a vinda daqueles que não tinham dinheiro de vir ao Brasil? Sim e não. Ela sozinha não poderia ter resgatado todos os judeus da Alemanha, então quem vinha, ela dizia “olha, tem uns emolumentos e tem que pagar tanto e tanto pelo visto”, e as pessoas pagavam. Mas isso me irritava muito porque eu sempre ouvi dizer que em nenhum momento, e outras pessoas também disseram isso, que qualquer referência feita a Souza Dantas, diziam “Oh, que homem bom”, “em nenhum momento ele pediu 1 tostão, alguma vantagem, um presente”, nada. Jamais ouvi algo diferente. Isso comprovou que estava havendo uma injustiça em relação a memória do Souza Dantas. No início dos anos 90 algo incrível aconteceu. Eu recebi um telefonema da Katia Lerner que se apresentou como representante do instituto Spielberg e me perguntou se eu podia recebê-la pra gente gravar o meu depoimento para o instituto porque eles estavam captando depoimentos de todos os sobreviventes do Holocausto. E eu falei “minha cara, eu sinto muito, mas não sou sobrevivente do Holocausto. Nós, graças ao bom Deus, conseguimos sair a tempo...”, mas ela me cortou e disse “Não. Pra nós, todo mundo, que conseguiu sair de lá a tempo e que, fatalmente, seria ou poderia ser vítima e perecer no Holocausto, é muito valido e nós queremos muito o seu testemunho”. Bom, eu me encontrei com ela, nós gravamos e ela depois, quando contatada pelo Fabio Koifman em sua pesquisa, relatou o encontro comigo. Ele também estava em contato com o Yad Vashem e aí, pela minucia de sua pesquisa, o panorama mudou. Logo depois eu já recebi um telefonema do museu, as coisas começaram a andar e finalmente em 2002 nós fomos à

belíssima cerimônia de aceitação do nome de Souza Dantas entre os Justos entre as Nações, no Yad Vashem.

De que forma você enxerga a pessoa de Souza Dantas? Que tipo de legado a memória dele nos deixa?

Muito difícil analisar e entender os motivos que levaram o Souza Dantas a fazer o que ele fez. Ele evocou muitas vezes a sua formação cristã...e tem, obviamente, na ideia original da cristandade, pelo menos na parte que se refere unicamente a essência que eles querem promover como "A" religião, existe o amor. E no Souza Dantas, em grande parte, eu não sei se essa parte de amor, mas ele tinha o sentimento profundo nele que todo ser humano tem, ou pelo menos deveria ter, que é a centelha da piedade. Você se apiedar de alguém cuja vida está sendo ameaçada e, em sabendo que você, com uma assinatura, pode ajudar a diminuir a angustia daquela pessoa, é um sentimento de autossatisfação e existe nisso uma ponta de egoísmo, mas o fato é que o resultado disso é uma coisa tão gloriosa, tão bonita, que você ajudar outrem é exatamente perfazer aquilo que está escrito na porção da Torá que se chama "Kedoshim", em que está escrito "Amarás o teu próximo como a ti mesmo". Que traduzido em termos práticos significa "não faças a outrem, o que não gostarias que fizessem contigo", e é exatamente isso. A tomada de consciência de que aquilo é parte da sua maneira de viver é que faz com que uns poucos, aliás, não poucos, foram muitos, estendessem a mão e arriscassem suas vidas para ajudar pessoas que estavam em perigo de serem exterminadas, diferente daquela massa inerme, bovina, passiva, que pensava "não é comigo", "deixa pra lá", "que outros se preocupem com isso", "eu quero é viver minha vidinha", o resto não quero nem saber. Num mundo extremamente passivo, os pouco ativos, ativos no sentido bonito da existência humana, da solidariedade, do amor, da compreensão, é que prevaleceu e é assim que você deve encarar o Souza Dantas. Ele, sem dúvida nenhuma, tinha isso em sua essência. Ele era basicamente uma pessoa boa e generosa e é isso que tem que ser reverenciado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre os refugiados judeus no período atribulado da Segunda Guerra mundial, requer um certo cuidado. A ideia de que o Brasil seria um paraíso nos trópicos, se fazendo antagonista à uma Europa tomada por valores totalitários, foi de fato muitas vezes concretizada. O esforço que buscamos fazer ao longo do trabalho, foi o de levantar questões que não são muito conhecidas até hoje, mas que nem por isso, devem ser esquecidas. Falar sobre o antissemitismo presente no governo Vargas é um dever não só para com a história nacional, como também com todas as pessoas e famílias que conheceram esta face nem sempre calorosa e receptiva do Brasil. Conhecer o passado, é buscar os desdobramentos possíveis de um mesmo acontecimento.

É importante lembrar que apesar de, a partir de 1942, o Brasil ter se posicionado junto ao lado Aliado, ajudar os refugiados judeus nunca fez parte do programa imigratório brasileiro. Nos atentar à esse fato, talvez nos ajude a compreender o interesse real pelo qual o Brasil tenha votado a favor da criação de um Estado Judaico independente. Se os judeus tivessem um Estado para si, não seriam mais um “problema” . O grande sonho de uma nação homogênea e composta pelos “bons elementos” estaria mais próximo de ser alcançando.

Assim, as restrições secretas e antissemitas que vigoraram nos bastidores do Brasil entre os anos 30 e 40, demonstram como o governo de Vargas virou as costas para um grupo de pessoas que devido a sua opção religiosa, se tornaram um “raça inferior”, mas não somente isso, uma nação de pessoas que por alguma razão não mereceram a compaixão e solidariedade das autoridades.

Ao optar por dar tempo ao tempo e não posicionar-se ativamente contra uma situação catastrófica como aquela, o Brasil transformou-se em um grande cúmplice, compactuando com as políticas nazifascistas do Reich. Para o *estabilshment* de Vargas, o que estava em jogo eram situações de poder e não a vida de milhares de judeus. Como bem dito por Edmund Burke (séc. XVIII): “Para o triunfo do mal, só é preciso que os bons homens nada façam”.

Além disso, a desculpa de que as autoridades não sabiam o que se passava na Europa não é válida uma vez que houveram, como demonstrado ao longo do trabalho, inúmeros relatórios políticos mandados diretamente ao MRE.

Portanto, a posição do governo brasileiro não se fez ao acaso: ela foi o retrato de uma mentalidade racista e preconceituosa disseminada entre a “alta sociedade”. Em prol de uma suposta higienização da “raça” brasileira, Vargas fechou os olhos para um dos maiores problemas humanitários do século XX. E não só isso, tratou de penalizar todos aqueles que na condição de membros do corpo diplomático brasileiro se dispuseram a ajudar e acudir os refugiados que chegaram até eles.

Nesse sentido, recuperar a memória de um sobrevivente e do embaixador Souza Dantas, que desafiando as regras impostas pelas circulares secretas, concedeu vistos a centenas de judeus, ultrapassam as barreiras da comunicação e adentram o campo do dever moral.

Segundo Fausto Colombo em seus Arquivos Imperfeitos (1991), saber arquivar memorias é algo que nossa geração tem buscado fazer incansavelmente. Gravamos isso num celular, gravamos aquilo num computador, arquivamos documentos num banco de dados e por aí vai...mas como o mesmo autor afirma: “Não há memória a longo prazo que se mostre incapaz de esquecimento, sintoma de uma completude apenas ilusória e inatingível (COLOMBO, 1991, P. 27). Se hoje, quando ainda temos testemunhos sobre aquele período e, mesmo assim, existem aqueles que desqualificam e desmentem o Holocausto e todos os seus desdobramentos, qual será o panorama daqui há algumas décadas?

Diante desse cenário, assinalamos a necessidade e importância de trabalhos que lembrem aquela realidade; Que repensem e reflitam sobre atitudes tomadas como “naturais” naquele momento da história para que a análise crítica sobre os mesmo não passe despercebida. Nossa pesquisa, ao rever o conteúdo das politicas imigratórias, e ao resgatar o que a mídia dizia sobre os judeus e como os retratavam, tentou revelar um outro olhar, sobre o papel do Brasil no contexto da Segunda Guerra. Além disso, recuperar historicamente o papel do embaixador Luiz Martins de Souza Dantas é, não só uma demonstração de agradecimento, mas também um dever à sua memória. Valorizar as atitudes tomadas por poucos durante aquele período obscuro nos faz refletir sobre o que eram consideradas obrigações comuns à todos os Homens.

Pelas próprias palavra do embaixador:

> Lembro que, não havendo aqui Consulado, me vi obrigado, sem perder um minuto, a assumir funções consulares para, literalmente, salvar vidas humanas, por motivo da maior catástrofe que sofreu até hoje a humanidade. Fiz o que teria feito, com a nobreza d'alma dos brasileiros, o mais frio deles, movido pelos mais elementares sentimentos de piedade cristã. (Trecho do telegrama enviado pelo embaixador Souza Dantas ao MRE em 01/05/1942).

Em meio ao autoritarismo, Souza Dantas se colocou como um antagonista e ao fazê-lo, assumiu um compromisso com a preservação da vida, história e memória daquelas pessoas. O tempo, no entanto, tratou de fazer o oposto com a sua própria.

Segundo a jornalista Isabela Boscov, "lembrar não é um fim em si mesmo nem um exercício vazio. É compreender quem se é, e decidir quem se virá a ser" (Boskov, 2016, P.35)

Em tempos de escassez de heróis nacionais, lembramos de um quixote que deu muitos motivos aos brasileiro do que se orgulhar. Um quixote que agindo contra ordens superiores, alcançou o título mais nobre, não somente em um museu, mas dentro dos corações de todas as gerações das famílias que por ele foram salvas.

Deixo aqui minha eterna gratidão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQSHOA. **Novas medidas de exceção contra os israelitas.** Abr. 2015. Disponível em: http://www.arqshoah.com/. Acesso em: 26 jun. 2016.

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O antissemitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração**, São Paulo: Brasiliense, 1988 e 2001.

- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Republica, identidade nacional e antissemitismo (1930-1945**). R. lllslúria, S3 o Paulo, n. 129-131, p. 153-163, ago-dez./?3 a ago-dez./94.

- CF. **Pequeno dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, org. Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1946.

- COLOMBO, Fausto. **Os Arquivos Imperfeitos**, Editora Perspectiva, Milão, 1986.

- CYTRYNOWICZ, Roney. **Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2002.

- DECOL, René D. **Judeus no Brasil: explorando os dados censitários**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 16 No 46, 2001.

- DUBIEL, Helmut. **The Remembrance of the Holocaust as a Catalyst for a Transnational Ethic**, New German Critique, 2003.

- FREITAS, Jorge Emilio de Souza. **Primeiro ano de trabalhos do Conselho de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro: *Revista de Imigração e Colonização*, janeiro de 1940.

- GUIMARAES, Argeu. **Dicionário biobibliográfico brasileiro – de diplomacia, política externa e direito internacional**. Rio de Janeiro, 1938.

- LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

- LESSER, Jeffrey H. **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

- LEVINE, Robert. **Brazil's Jews During the Vargas Era and After**. In *Luso-Brasilian Review*, vol. V, n° 1, June 1968.

- LEWIN, Helena. **Solidariedade em tempos sombrios.** WebMosaica, Revista do instituto cultural judaico Marc Chagall. v.3 n.1 (jan-jun) 2011.

- LIA, Cristine F. **A quadrilha de falsários: imigrantes judeus nas ações policiais e judiciais da era Vargas**. MÉTIS: história & cultura – v. 11, n. 21, p. 369-379, jan./jun. 2012.

- MANGUABEIRA, Edyla. **Três exílios e uma guerra**. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

- MENTLIK, Célia S. **As migrações e seus reflexos na cultura: alguns fatos e perspectivas sobre a imigração e a história da presença judaica no Brasil**. MÉTIS: história & cultura – v. 4, n. 8, p. 61-76, jul./dez. 2005.

- NASCIMENTO, Lyslei. **Memórias e testemunhos: a Shoah e o dever da memória.** IPOTESI: revista de estudos literários. Volume 11 – nº 2 – 2007.

- ROLLEMBERG, Denise. **Aos grandes homens a Pátria reconhecida. Os Justos no Panthéon**, Direitos e Cidadania. Memoria, política e cultura. Vol. 2. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

- **A CHAVE de sara**. Direção: Gilles Paquet-Brenner [S.l.]: Imagem Filmes, 2010. DVD (151min).

- **OLGA.** Direção: Jayme Monjardim [S.l.]: Europa Filmes, 2004. DVD (141min).

- **GETULIO**. Direção: João Jardim. [S.l.]: Copacabana Filmes, 2014, DVD (140min).

- **A LISTA** de Schindler. Direção: Steven Spielberg. [S.l.]: Universal Pictures, 1993, DVD (195min).

ANEXO A – Telegrama da embaixada do Brasil em Berlim

A 84

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Berlim, 23 de Setembro de 1937.

Nº 409.

RESERVADO

Novas medidas de excepção contra os israelitas.

M. DE E. DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Serviço de Communicações
28 OUT. 1937
No 13319

620.16(81)

Senhor Ministro,-

Decorrente das deliberações tomadas durante o recente Congresso de Nuremberg, acabam de ser adoptadas diversas novas medidas de excepção contra os allemães de raça israelita residentes no territorio do Reich.

2. De accordo com essas determinações, qualquer allemão póde recusar-se a commerciar com os judeus, a lhes vender artigos alimenticios e objectos de uso corrente, assim como negar-se a lhes alugar locaes de habitação ou de commercio.

3. Esse "direito" acaba de ser expressamente reconhecido pela "Correspondencia do Partido Nacional Socialista" orgão official nazista, o qual determina mesmo quaes as "medidas legaes de excepção e exclusão" que as municipalidades podem dictar contra os semitas.

4. Nenhuma penalidade poderá, de ora em deante, ser applicada aos negociantes que se recusarem a vender viveres aos

A Sua Excellencia o Senhor Embaixador Mario de Pimentel Brandão, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Ministério das Relações Exteriores - MRE

viveres aos judeus e podem mesmo annunciar esse proposito em cartazes collocados nas suas lojas ou armazens.

5. Em cada cidade, communa ou municipio, a policia póde expulsar ou prohibir a residencia de judeus cuja attitude seja susceptivel de incommodar a população.

6. Está formalmente prohibida a entrada dos israelitas em todos os casinos municipaes e nas cidades de verão, de aguas ou nas que se pratiquem os desportos de inverno. Os hoteleiros podem espontaneamente recusar hospedes que não sejam aryanos.

7. A "Correspondencia do Partido" tambem já declarou que é aconselhavel prohibir em todas as cidades climatericas e balnearias a permanencia de judeus, e isso "constitue um dever inspirado pelo instincto de conservação e pela preoccupação que todos os allemães puros de raça devem ter de proteger o seu prestigio e os ~~seus~~ interesses economicos".

8. A municipalidade de Berlim e de varias outras cidades deliberaram reservar nos logradouros publicos, praças, parques etc., um certo numero de bancos especiaes que só deverão ser occupados pelos judeus.

9. No districto de Willmersdorf, situado na parte Oeste de Berlim, onde habita o maior numero de israelitas, já já foram installados taes bancos que ostentam uma inscripção indicando que são unicamente destinados á população judia e estão pintados de amarello. Nos demais bancos, pintados de branco, um aryano tem o direito de expulsar os judeus que nelles tomem assento.

10. Essas medidas que parecem indicar uma recrudescencia da campanha anti-semita tem provocado uma grande emoção entre os israelitas que ainda residem na Allemanha.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha respeitosa consideração.

Ministério das Relações Exteriores - MRE

ANEXO B – Circular 1.127

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
RIO DE JANEIRO.

D64
D65

CIRCULAR Nª 1127

NP

RESERVADO

Entrada de estrangeiros
no territorio nacional

ÁS MISSÕES DIPLOMATICAS E
CONSULADOS DE CARREIRA.

Por informações repetidamente recebidas das Missões diplomaticas e dos Consulados brasileiros em diversos paizes, tem o Governo Federal conhecimento de que, para o Brasil, se vêm dirigindo numerosas levas de semitas, que os governos de outras nações estão empenhados em afastar dos respectivos territorios, seja por conveniencias de ordem demographica ou economica, seja em consequencia de lutas politicas internas.

2. Tal facto se confirma com o desembarque, de cada vapor que aqui aporta, de uma quantidade surprehendente de elementos dessa especie, reunidos, segundo estamos informados, dentre o que ha de peior, como antecedentes e como capacidade productiva, nos lugares de onde provêm. Desses individuos, uma parte chega ao Brasil pelo processo da "carta de chamada", quasi sempre com a declaração falsa da profissão de agricultor; os demais conseguem entrar falseando a condição de "turista", prevista na legislação existente. O que visam todos, porém, e têm feito, é burlar a vigilancia das nossas autoridades e radicarem-se clandestina e definitivamente nos centros urbanos e populosos do paiz, para, numa inadmissivel concurrencia ao commercio local e ao trabalhador nacional, absorverem, parasitariamente, como intermediarios apenas, uma par-

MMO.

Ministério das Relações Exteriores - MRE

Ministerio/Circular Nº 1127/1937/2.

parte apreciavel da nossa riqueza, quando, além disso, não se entregam, tambem, á propaganda de idéas dissolventes e subversivas.

3. Cumprindo ao Poder Executivo zelar por que não sejam violados os principios da Constituição Federal de 1934, - que, no artº 121, prevê o estabelecimento das condições do trabalho na cidade e nos campos tendo-se em vista a protecção social do trabalhador e os interesses economicos do paiz, e, no § 6º do mesmo artigo, manda que a entrada de immigrantes no territorio nacional se faça com as restricções necessarias á garantia da integração ethnica e capacidade physica e civil do immigrante, - ficou deliberado, por entendimento entre o Ministerio das Relações Exteriores e o do Trabalho, Commercio e Industria, e com a approvação de Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica, que a concessão de "vistos" aos passaportes dos estrangeiros, que em quaesquer condições se dirijam para o Brasil, obedeça, rigorosamente, ás regras a seguir indicadas, emquanto legislação especial não dispuzer em definitivo sobre a materia:

a)- nenhum "visto" será concedido sem que a pessoa ou as pessoas, a que o passaporte ampare, preencham, individualmente, em quatro vias, uma folha de identidade, do modelo especialmente agora estabelecido e adoptado, em substituição ao que se achava em uso, para melhor permittir a fiscalização, o registo e a estatistica da entrada de estrangeiros no territorio nacional;

b)- desse documento, a primeira via ficará archivada na chancellaria da repartição pela qual fôr expedido; a segunda será immediatamente remettida a esta Secretaria de Estado, de modo a poder ser

Ministerio/Circular Nº 1127/1937/3.

ser aqui recebida, tanto quanto possivel, antes da chegada do interessado ao ponto do territorio nacional pelo qual pretenda nelle ingressar; a terceira e a quarta, unicas assignadas pelo Consul, ficarão em mãos do interessado para que este as entregue ás nossas autoridades, ao chegar ao paiz, como comprovação final, definitiva e imprescindivel, de que se acha o mesmo habilitado a entrar no territorio nacional de accôrdo com as presentes instrucções. Depois de devidamente visada e carimbada, será a quarta via restituida ao portador, que a guardará em seu poder para os fins convenientes;

c)- será recusado o visto no respectivo passaporte a toda pessoa de quem se saiba, ou por declaração propria, na resposta que obrigatoriamente deve dar ao quesito da folha de identidade referente a este ponto, ou por qualquer outro meio de informação seguro, que é de origem ethnica semitica. Tratando-se de individuos contra cujas declarações existam apenas suspeitas, poderão as nossas autoridades retardar a concessão do visto, até que, pelos meios de investigação efficientes, ao seu alcance, consigam esclarecer a duvida e consequentemente chegar a uma decisão final de accôrdo com as presentes instrucções;

d)- como esclarecimento definitivo de duvida existente e relação a alguem que, havendo affirmado ter outra origem que não a semitica, declarar como religião professada o catholicismo ou qualquer seita religiosa que exija o baptismo, será admittida a exhibição da certidão deste;

Ministerio/Circular Nº 1127/1937/4.

e)- tratando-se de casal, que viaje junto, acompanhado ou não de filhos menores, ou filhas solteiras maiores, mas ainda sob a protecção paterna, a decisão que, consoante as disposições desta circular, prevalecer para o chefe da familia, será extensiva aos demais membros desta, nas condições que se acabam de indicar;

f)- não será recusado o visto ao semita já radicado no paiz, por ser casado com brasileira, ter filho brasileiro ou possuir bens immoveis no Brasil. A prova dessas condições se fará com a apresentação da certidão do registro civil, no primeiro caso e no segundo sendo tambem naquelle admissivel a da certidão do casamento religioso, posterior á promulgação da Constituição Federal em vigor, com a da escriptura de compra ou de titulo de propriedade, de forma legal, no terceiro caso, sendo ainda indispensavel, nesta ultima hypothese, a prova de residencia no Brasil, na epoca da acquisição da propriedade, quando esta não houver sido transmittida por herança;

h)- quando a circumstancia de origem semitica se verificar em relação a pessoas de notoria expressão cultural, politica ou social, assim como em relação a artistas especialmente contractados para se exhibirem no Brasil, por tempo determinado, poderão os respectivos passaportes ser visados, mediante consulta previa a esta Secretaria de Estado e sua indispensavel autorização para que assim se proceda;

i)- poderão igualmente ser visados, com annuencia

annuencia desta Secretaria de Estado, os passaportes de semitas que pretendam visitar o Brasil fazendo parte de uma excursão collectiva ou cruzeiro, organizado por empresa de turismo de absoluta idoneidade; quando satisfeitas, sobre a idoneidade e os antecedentes de taes pessoas todas as exigencias que as nossas autoridades no exterior julgarem acertado fazer;

j)- não estão comprehendidos em nenhuma das disposições da presente circular, os estrangeiros que se dirigirem para o Brasil munidos de passaporte diplomatico;

k)- a recusa de visto em qualquer dos casos aqui previstos, assim como a protelação da concessão do mesmo por longo tempo, e até sine die, deverá ser justificada sem qualquer referencia á questão ethnica (origem do individuo), mas apenas como resultante de uma ordem do Ministerio das Relações Exteriores, segundo a qual nenhum passaporte de estrangeiro poderá ser visado sem que, para cada caso individual, seja o mesmo Ministerio consultado e delibere, segundo o que aconselham a readaptação das condições do trabalho e a distribuição do elemento estrangeiro no territorio nacional, a que o Governo Federal está procedendo, para melhor satisfazer ás conveniencias actuaes do paiz.

l)- O cumprimento destas instrucções não exclue a obrigatoriedade de continuarem a ser observadas,

Ministério das Relações Exteriores - MRE

Ministerio/Circular Nº 1127/1937/6.

observadas, tanto nos casos aqui previstos, como nos demais, as exigencias da legislação existente.

4. Nesta data, são enviadas á casa Harrison & Sons, de Londres, o modelo da folha de identidade a que allude o item a, e a necessaria autorização para que sejam fornecidos aos Consulados e ás Missões diplomaticas do Brasil exemplares da mesma, na quantidade constante das encommendas que immediatamente lhe deverão ser feitas.

Rio de Janeiro, em 7 de Junho de 1937.

M. T. B.

Ministério das Relações Exteriores - MRE

ANEXO C – Documentos Raphael Zimetbaum

Dors. 306.083

KONSULAT GENERALNY R.P. w BRUKSELI
No. 2049
d. 20.6.49
Pobrano 200
Kolek. paszp.
Portoria

Ser. III. Nr Z-4/89

Pobrano Crs 120.
T. O. K. poz 2. A.
Rej. P. A. Nr. 160/48

RZECZPOSPOLITA POLSKA
M. S. Z.
RÉPUBLIQUE POLONAÏSE
M. d. A. E.

PASZPORT - PASSEPORT

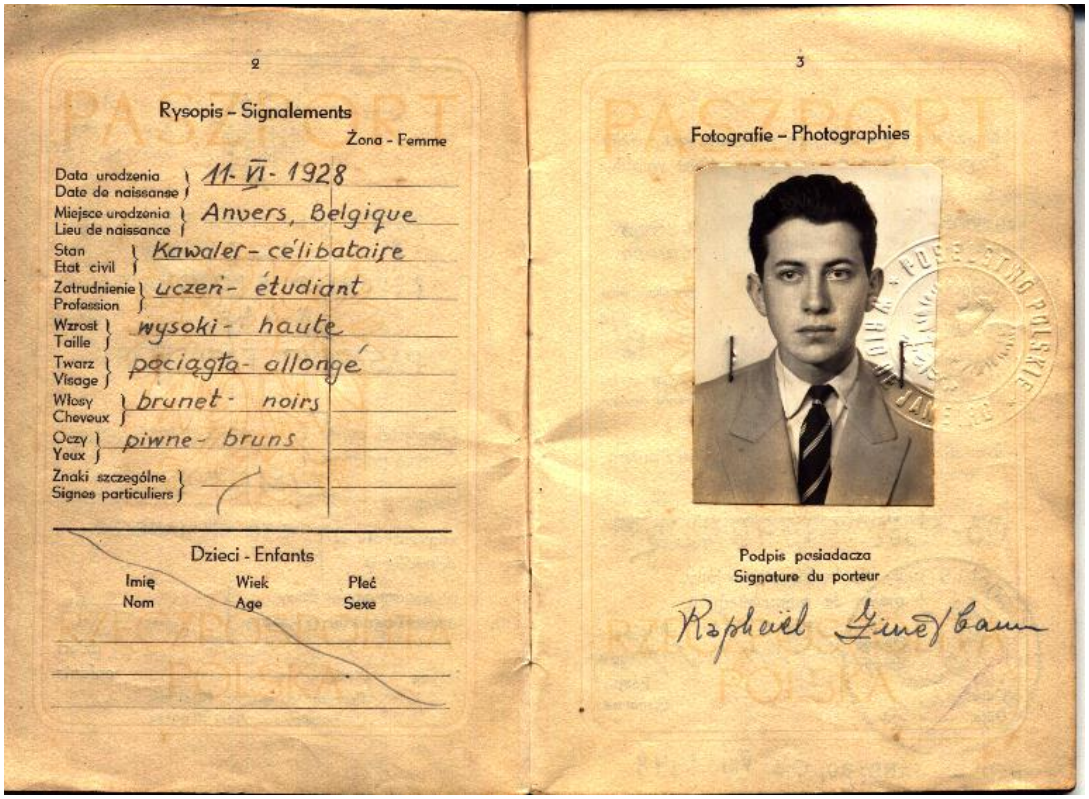
Obywatel polski / Citoyen polonais: RAPHAEL ZIMETBAUM

zamieszkały w / domicilié à: RIO DE JANEIRO

w towarzystwie żony / accompagné de sa femme:

iet de dzieci / enfants

Paszport ten zawiera 40 stronic
Ce passeport contient 40 pages



2

Rysopis – Signalements

Żona - Femme

Data urodzenia / Date de naissance: 11-VI-1928
Miejsce urodzenia / Lieu de naissance: Anvers, Belgique
Stan / Etat civil: Kawaler - célibataire
Zatrudnienie / Profession: uczeń - étudiant
Wzrost / Taille: wysoki - haute
Twarz / Visage: pociągła - allongé
Włosy / Cheveux: brunet - noirs
Oczy / Yeux: piwne - bruns
Znaki szczególne / Signes particuliers:

Dzieci - Enfants

Imię / Nom	Wiek / Age	Płeć / Sexe

3

Fotografie – Photographies

Podpis posiadacza
Signature du porteur

Raphael Zimetbaum

O Presidente da República

RESOLVE, na conformidade do art. 1º, n. IV, da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1 949, conceder a naturalização que pediu RAPHAEL ZIMETBAUM, natural da Bélgica, nascido a 11 de junho de 1 928, filho de Lejzor Jakob Zimetbaum e de Ittel Lowy Zimetbaum, residente no Distrito Federal, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

Rio de Janeiro, em 27 de setembro de 19 51, 130.º da Independência e 63.º da República.

Raphael Zimetbaum

JUNTA G. ALISTAMENTO MILITAR
27-XII-51
DELEGACIA
7ª Circunscrição de Recrutamento

PALACIO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA
Registrado no livro competente

LK/.

Decreto de concessão de naturalização—DMJ. 67—B

Proc. n.º 400-51.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO DO INTERIOR E DA JUSTIÇA

Registrado a fls. 21v do livro respectivo n.º 6

Em 15 de Outubro de 1951

aux. ad.

Conforme têrmo lavrado nesta data, prestou compromisso de bem e fielmente cumprir os deveres de cidadão brasileiro, ~~demonstrou saber ler e escrever a língua portuguêsa, pela~~ leitura e transcrição de artigos da Constituição Federal, e declarou renunciar, para todos os efeitos, à nacionalidade anterior.

D.Federal, em 25 de outubro de 1951

O Juiz, em exercicio, da 1a. Vara da Fazenda Publica,

1º OFICIO DE NOTAS
ALADINO NEVES
HORACIO DE M. CASTELLO BRANCO
TABELIÃO
MANOEL FIGUEIREDO
SUBSTITUTO
CARIM NADRUZ
1º AUTORIZADO
2º AUTORIZADO
RUA DO ROSARIO, 113 B - RIO

Reconheço as firmas retro Getulio Vargas e Francisco Negrão de Lima

Rio de Janeiro, 25 de 10 de 1951

Em testemunho da verdade

ANEXO D – Passaporte Leon Zimetbaum

ANEXO E – Parecer de Ernani Reis, secretario do MJNI, sobre a mudança de *status* dos vistos concedido por Souza Dantas.

(40)

LEJZOR JACOB ZIMETBAUM, sua mulher ITTEL ZIMETBAUM, sua filha REGINE e seu filho RAPHAEL pedem autorização de permanência a título precário.

Os requerentes chegaram ao Brasil, em junho de 1941, com visto diplomático dado pela Embaixada do Brasil em Vichy.

A eliminação desses vistos diplomáticos concedidos em 1940, a refugiados, é de toda conveniência.

As condições previstas na portaria n. 4.941, de 24 de julho de 1941, estão verificadas, uma vez que se trata de estrangeiros que naquela data aqui estavam e que deixaram os seus países de origem antes de 31 de dezembro de 1940.

Concluo opinando pelo deferimento.

Em 20.4.1943.

(14)

METBAUM, poloneses,
cário.
, em junho de 1941,
asileira em Vichy.
diplomáticos da
ois obriga os seus
cal da legislação

11 5 43